

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: COMUNIDADE CATÓLICA SÃO JOSÉ DOS
CONVENTOS/RS (DE 1855 AOS DIAS ATUAIS)**

Andressa da Silveira Menezes

Lajeado, julho de 2016

Andressa da Silveira Menezes

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: COMUNIDADE CATÓLICA SÃO JOSÉ DOS
CONVENTOS/RS (DE 1855 AOS DIAS ATUAIS)**

Monografia apresentada na disciplina Trabalho de Conclusão, do Curso de História, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Silvana Rossetti Faleiro

Lajeado, julho de 2016

AGRADECIMENTOS

Ao meu noivo Rodrigo, que esteve ao meu lado durante todo o percurso da graduação, dando-me todo o apoio possível; aos meus sogros, pois sem eles não seria possível a realização dessa pesquisa; aos meus pais, pelo amor e incentivo; à minha orientadora Silvana, pela confiança e dedicação; e a todos que colaboraram com a construção desse trabalho.

RESUMO

Comunidade é uma ligação entre pessoas. São diferentes os laços harmônicos que podem interligá-las, como etnia, religião, educação, cultura, entre outros fatores. Este estudo tem como propósito apresentar a história da Comunidade Católica São José dos Conventos, que iniciou com a chegada dos primeiros imigrantes alemães e descendentes na década de 1850, após o loteamento das Fazendas Conventos e Lajeado, pertencentes a Antônio Fialho de Vargas. Para alcançar o objetivo proposto, são retomados temas como imigração, quais seus fatores, tanto internos como externos, como ocorreu o estabelecimento desses imigrantes na região, apresentando peculiaridades do grupo em questão. A investigação será feita por meio de referências bibliográficas sobre os fatores da imigração e colonização, por meio de fontes documentais e através da história oral de descendentes de imigrantes alemães. Isso possibilitará fazer a interpretação de uma das várias versões para a formação e a construção da comunidade. Como resultados deste trabalho, evidenciou-se o sentimento de pertencimento das pessoas que ali vivem a esse local e a dedicação para construir e manter essa comunidade. Também a valorização da cultura germânica pelos descendentes na Comunidade Católica São José dos Conventos. Alguns dos que ali vivem temem a descontinuidade dessa cultura devido à falta de interesse dos jovens. Muitos veem isso como uma perda de identidade cultural ou simplesmente que os mais novos estão se adaptando a um novo mundo e que já não se tem mais os mesmos interesses.

Palavras chave: Imigração. Vale do Taquari. Comunidades. Memória. Bairro Conventos.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

CCSJC – Comunidade Católica São José dos Conventos

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

RST – Rodovia Estadual Transitória

VT- Vale do Taquari

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO BRASIL.....	9
2.1 Alguns aspectos sobre imigração no Brasil	9
2.2 Sobre a Alemanha no contexto do século XIX	11
2.3 Sobre a imigração no Rio Grande do Sul: alguns aspectos relevantes	13
2.4 Considerações sobre imigração no Vale do Taquari.....	18
3 CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO	21
3.1 Bairro Conventos	28
4 COMUNIDADE SÃO JOSÉ DOS CONVENTOS: ENTRE RABISCOS E LEMBRANÇAS	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Este estudo diferencia-se dos demais trabalhos que abordam a história de Lajeado (RS) por trazer a trajetória de uma localidade pouco explorada, a Comunidade São José dos Conventos - CCSJC, através de relatos de pessoas que se sentem ligadas à localidade por algum motivo.

A fim de traçar essa história, é preciso compreender o período de imigração germânica no Vale do Taquari– VT (RS), que teve início no século XIX, a partir da necessidade do Imperador Dom Pedro I em proteger as fronteiras sul do país. Naquele contexto, existiam duas possibilidades distintas no processo de imigração: povoação de diferentes regiões e obtenção de mão-de-obra. A colonização de Lajeado teve como objetivo povoar a região e, dessa forma, surgiu a CCSJC. Esse estudo pretende apresentar como ocorreu a construção dessa comunidade, desde a chegada dos primeiros imigrantes, na metade do século XIX, até os primeiros anos do século XXI.

Foram coletados dados que possibilitaram a construção de uma linha do tempo sobre o desenvolvimento da comunidade, identificando as causas da imigração para a Fazenda dos Conventos e apresentando algumas das primeiras famílias a se estabelecerem na região. Além disso, foram apontados alguns aspectos, por exemplo, a construção da comunidade, o cotidiano dos moradores, por que e como foram construídos prédios comunitários, como igreja, escola, salão de festas, entre outros.

Como contribuição deste estudo, pretende-se garantir a guarda da memória da localidade e recuperar uma parte da história da região do Vale do Taquari, ainda pouco explorada, que é a construção da CCSJC.

Para tanto, foram realizadas análises documentais. Marc Bloch (s.d) alerta para a importância de analisar e saber analisar o documento. Também foram utilizadas entrevistas, que estão entre os principais sistemas de coleta de dados utilizados, permitindo o resgate das lembranças e, com isso, produzindo as fontes de pesquisa necessárias. A realização das entrevistas está fundamentada em Thompson (1992), Ferreira (2002) e Alberti (2004) e Portelli (2010). Esses dois métodos foram ligados ao conceito de memória, a partir das obras de Le Goff (1990), Felix (1998), Neves (2000), bem como aqueles referenciais referentes à imigração, como Giron (1996), Flores (2004), Braun (2010a; 2010b), entre outros. Para apresentar a imigração no Vale do Taquari, foram usados autores como Silva (1972), Schierholt (1992), Richter (1994; 1998) e Ahlert e Gedoz (2001). Cabe mencionar que o sistema de escrita desse trabalho foi feito a partir do sistema de Felix (1998), que faz questionamentos durante a apresentação de suas obras.

Com base nos autores citados, podemos observar como ocorreu a construção e as transformações sofridas pela comunidade desde a saída dos imigrantes de sua terra natal, a trajetória feita por eles e o seu estabelecimento na região a ser investigada. Este estudo não está apenas contemplando o interesse de conhecimento próprio com o tema, mas também disponibilizará fontes de pesquisas para pessoas que tenham curiosidade sobre a proposta abordada no respectivo trabalho.

A história dessa tradicional comunidade será apresentada em três capítulos, que contextualizarão: imigração e colonização; desenvolvimento das fazendas Conventos e Lajeado; a formação e desenvolvimento da Comunidade Católica São José dos Conventos, com base nos depoimentos dos descendentes dos pioneiros que ali chegaram.

Dessa forma, no primeiro capítulo será abordado o que é a imigração, passando para as causas que levaram o Brasil a optar por colonizadores alemães, o porquê de saírem de sua pátria mãe e migrar para um país distante, o que estava ocorrendo na Província do Rio Grande do Sul e como se deu a colonização do VT.

O segundo capítulo aborda a formação do município de Lajeado a partir das fazendas Conventos e Lajeado. Serão apresentados os irmãos Teixeira, que, acredita-se, foram os primeiros exploradores da região, a venda dessas fazendas para a empresa imobiliária de Antônio Fialho de Vargas, o crescimento da cidade e a formação de novos núcleos, como a localidade de Conventos.

O terceiro capítulo retrata a história da CCSJC, desde a chegada de seu primeiro morador até a atualidade. Isso será feito com base em documentos construídos através dos depoimentos de pessoas relacionadas com o local, comparando com bibliografias pertinentes ao tema.

2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO BRASIL

O que é imigração? Segundo o dicionário Aurélio de língua portuguesa (2010), é sair de seu país de origem para estabelecer-se em outro. As historiadoras Giron e Herédia (2007) apresentam alguns dos motivos que levam uma pessoa a emigrar. De acordo com as autoras, isso depende do tipo de pessoa de que se está falando. Por exemplo, se forem agricultores, provavelmente a causa principal será o acesso à terra, se o caso for relacionado ao desemprego massivo, o motivo pode ser a busca por colocação no mercado de trabalho, e assim por diante.

Com base em Tubino (2007), as correntes migratórias dirigidas, no século XIX, para as Américas foram maiores que nos séculos anteriores e trouxeram para o Brasil uma vasta diversidade de imigrantes: aqueles vindos da Europa, estariam movidos pelo ouvir falar que o Brasil era o “grande eldorado”, um país com perspectivas de riqueza e disponibilidade de terras a serem desbravadas; os negros, aqueles que há tempos vinham da África, continuavam chegando pelo perdúrio da escravidão no sistema socioeconômico brasileiro.

2.1 Alguns aspectos sobre imigração no Brasil

Desde o século XVI, e também durante sua colonização, o Brasil foi alvo de influências externas, tanto no comércio, como na forma de ocupação do espaço agrícola e na administração centralizada dos governos: primeiro da metrópole - Portugal -; depois, com a independência política, dos governos imperiais; e ainda adiante, após a instalação da República, a centralização político-administrativa, fortalecida embora seu caráter de representatividade.

Sobre a longa permanência do sistema escravista, Lando e Barros (1996, p. 16), enfatizam o fato de que “o sistema escravocrata torna-se um obstáculo para o desenvolvimento pleno do modo capitalista de condições, uma mão de obra livre, que vendesse apenas sua força de trabalho e que, ao mesmo tempo, alargasse as possibilidades de expansão do mercado interno”. Menciona-se este aspecto para explicitar as motivações do processo imigratório no Brasil. O que seguirá sendo feito nos parágrafos subsequentes.

Com o desenvolvimento do país e os conflitos que ocorriam no Brasil desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, a independência do Brasil, entre outros eventos causaram grandes turbulências. Nos primórdios do século XIX, o Brasil estava em constante instabilidade política e militar, debatia a necessidade de pessoas para povoar regiões estratégicas para evitar invasões, guerras por disputas de terras, e também a questão de mão de obra para as lavouras de cana de açúcar e de café.

Naquele contexto, o imperador precisava de pessoas para defender as terras. Mas quem seria esse povo, ou esses povos? E estariam dispostos a realizar o que o governo almejava? Braun (2010) nos traz que devido ao momento político-econômico da época, não poderia ser qualquer nacionalidade: os africanos não, pois o país estava com planos de branqueamento da raça; os portugueses não, porque o país tinha acabado de declarar a independência; os espanhóis também não poderiam devido às disputas por terras. A partir dessas questões, o Parlamento brasileiro questionava-se: que outras nacionalidades poderiam colonizar o país?

Nessa situação, devido a primeira imperatriz do Brasil, Leopoldina von Habsburg, ter nacionalidade alemã, foi escolhida a população germânica, pois estavam dentro do perfil estipulado: eram brancos, trabalhadores e alguns certamente serviriam aos objetivos de atenderem serviços de caráter militar. Dessa maneira, desde 1817, foram enviados agentes para a Alemanha com o objetivo de recrutar alemães para o trabalho no Brasil. Os jovens seguiam para o exército, com patente de oficiais, principalmente quando Portugal queria que o Brasil voltasse a ser Colônia, a partir do retorno de D. João para Portugal. Em 1821, D. Pedro I declarou a independência do país, e, em razão disso, precisou reforçar o contingente militar, pois caso ocorresse um ataque para “tirá-lo” do poder, estaria mais preparado. Desta maneira, foram oferecidos cargos para quem estivesse disposto a aceitar.

Conforme o historiador Caio Prado Junior (1970, p. 19), existiam duas atividades distintas no processo de imigração, sendo a primeira de “iniciativa oficial, cujo objetivo era

ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes, na maior parte das vezes, da área de influência do latifúndio”, e a segunda de iniciativa particular, era “estimulada pelo governo, [e] visava à obtenção de braços livres para a grande lavoura, em substituição ao braço escravo”.

2.2 Sobre a Alemanha no contexto do século XIX

Na Alemanha, havia agitações políticas e militares oriundos do processo de unificação política em curso, além de conflitos religiosos, solos inférteis, superpovoamento e decorrente desemprego nas áreas urbana e rural. Todos fatores de expulsão, aliados aos fatores de atração que havia para motivar a ação de emigrar. Naquele contexto, o sistema feudal ainda estava em vigor, ao mesmo tempo em que uma incipiente industrialização ocorria, entre outros aspectos. De acordo com Blaun (2010), o desenvolvimento industrial foi um grande vilão para uma parte da população, pois a mão-de-obra assalariada foi substituída pela mecânica. Com isso, houve um aumento dos indicadores de desemprego, a miséria e a fome tomaram conta do país, ocasionando uma crescente diferenciação entre as camadas sociais e a busca por alternativas de vida em outras regiões do mundo.

Diante desse cenário, surgiram propagandas acerca do Brasil, especialmente sobre a facilidade de aquisição de terras. D. João VI, ao chegar ao território brasileiro em 1808, decretou leis que favoreceriam a imigração, desde que as terras fossem utilizadas para a produção agrícola ou para o povoamento. Sobre o assunto, Ahlert e Gedoz (2001) dizem que:

O movimento de emigração de populações alemãs processou-se em dois períodos. Na primeira metade do século XIX, a emigração foi basicamente rural, pois o atraso em que se encontrava o país com relação à Revolução Industrial, materializava-se no ingresso de manufaturas importadas que destruía a indústria doméstica rural. Num segundo período, na segunda metade do século, o excedente populacional adveio do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico e das crises de conjuntura econômica (AHLERT; GEDOZ, 2001, p.7).

Witt (2008) escreve que D. Pedro I, nas primeiras décadas do século XIX, enviou para a Alemanha o major Jorge Antônio Schaeffer, para recrutar imigrantes que trabalhassem na agricultura e no exército. O Brasil era apresentado como um lugar ideal para se viver. Assim, Schaeffer estabeleceu-se em Hamburgo e, no ano de 1824, publicou o livro “Brasilien”, que trazia as vantagens de emigrar para o Brasil, enfatizando os benefícios oferecidos pelo governo brasileiro para os colonos: passagem paga, concessão de cidadania, concessão de lotes de terras livres, suprimento de primeiras necessidades, como utensílios de trabalho

(enxada, martelo, pás, sementes), animais, isenção de impostos por alguns anos, liberdade de culto, entre outros incentivos.

A propaganda também dizia que “quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil”. No comercial, nota-se o estado de precariedade em que o povo da Alemanha se encontrava, já que percebiam na emigração boa alternativa para a solução dos problemas e voltarem a ser felizes. Segundo dados de Tubino (2007), em 1825, foi informado ao governo de Darmstadt que, em janeiro, 1.118 pessoas migrariam para o Brasil, e 900 no mês de fevereiro, e assim, de acordo com este autor, continuou por muito tempo.

Entre os anos de 1822 e 1831 foi feita a imigração germânica dirigida, em que o imigrante tinha a obrigação de ocupar as terras, preservar e proteger as fronteiras do país. No ano de 1830, devido à Lei do Orçamento que cortaria qualquer tipo de verba para a colonização estrangeira, o processo imigratório acabou estagnado. Segundo Herédia (2001):

No período de 1830 a 1840, a imigração europeia foi suspensa no Rio Grande do Sul, pela pressão que os latifundiários do Sul fizeram ao governo imperial, justificando que destinar verbas à colonização significava mais uma "concessão à política abolicionista preconizada pela Inglaterra". Desde a abdicação do Imperador, a grande preocupação da economia do País era o movimento abolicionista que havia substituído a atenção dos representantes políticos em detrimento do movimento colonizatório. Este havia sido suspenso devido à estabilização do sistema escravocrata (HERÉDIA, 2001, texto digital).

Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil permaneceu nove anos sob regências, até que D. Pedro II reclamou o trono, em 1841. Ao assumir o monarca notou a importância da influência sociocultural germânica no país e os benefícios que esse povo traria no desenvolvimento econômico.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela abolição da escravidão, algo que já perturbava o Império há décadas. A Inglaterra, sendo uma grande investidora na economia brasileira, insistia que fosse tomada uma atitude com relação ao tráfico negreiro, bem como ao fim das relações de escravidão na estrutura econômica e societária do país. Como o Brasil necessitava de mão de obra, foram reforçados acordos com a Alemanha, insistindo na vinda de imigrantes. Por isso, em 1844, começou uma nova fase de imigração germânica, favorecida pelo fato de os germânicos acreditarem que o Brasil tinha muito a oferecer, enquanto a Alemanha estava decadente e precisava de representações políticas que intervissem pelo povo.

Por consequência dos fatores mencionados, os imigrantes germânicos foram espalhando-se pelo país. No estado do Rio de Janeiro, desde os primórdios da colonização, pois todos desembarcavam na capital do país, tida por Tubino (2007) como o centro econômico. Santa Catarina começou a receber em 1829, com a fundação da vila de São Pedro de Alcântara. Já no estado do Paraná não ocorreu um sistema de colonização alemã, todavia, com o estabelecimento por interesse próprio de alemães, ocorreu a formação do núcleo de Rio Negro, que não desenvolveu características germânicas. Em São Paulo, ocorreu a fundação de vários núcleos por imigrantes alemães, entre os quais destacamos a colônia de Santo Amaro, fundada em 1829 por um grupo de famílias. Em outras partes do país também foram fundadas pequenas colônias, como: em Espírito Santo, a colônia de Santa Isabel (1846); em Minas Gerais, em 1853, a colônia de Filadélfia, que foi transformada em município no ano de 1876, sendo nomeada por Teófilo Otoni. O estado de Pernambuco também teve a presença alemã constante até as primeiras décadas do século XX. Mato Grosso recebeu, em 1955, uma pequena quantidade de alemães que haviam saído do RS. Para as informações arroladas neste parágrafo, a base continuou sendo os estudo de Tubino (2007).

2.3 Sobre a imigração no Rio Grande do Sul: alguns aspectos

Aproximadamente a partir da década de 1820, o governo imperial brasileiro começou a preocupar-se com a parte sul do país, cuja população era composta por, em sua maioria, indígenas e grandes fazendeiros criadores de gado ou extratores de madeira de lei e outras atividades, como, por exemplo, a retirada de erva-mate na região do VT. O RS era caracterizado pela predominância de matas virgens e, dessa forma, as ações precisavam ser direcionadas visando estabilizar as investidas de invasão nas fronteiras. Além disso, havia a necessidade de estimular o progresso econômico e o desenvolvimento agrícola, para, de forma subsidiária, abastecer o centro do país. Diante desses elementos, a imigração alemã passou a ser direcionada também para essa região.

Isso nos remete a Barros e Lando (1996, p. 19), quando dizem que “os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno”. Essa forma subsidiária da economia rio-grandense deixaria o estado na órbita, ou, à margem da economia agroexportadora nacional.

Sobre o assunto, Pesavento (1996) destaca que a vinda de imigrantes alemães para o sul esteve ligada a uma política colonizadora do centro do país e não por interesse da oligarquia gaúcha. O estado tinha sua estrutura interna formada por pequenas colônias e o comércio era centrado sobretudo na exportação do charque, do couro, da banha e de gado para tração.

Considerando o crescimento das colônias formadas pela etnia germânica no decorrer do século XIX, é importante enfatizar a continuidade do trabalho de inúmeros agentes de imigração que faziam, na Alemanha, a propaganda dos benefícios encontráveis no Brasil. Entretanto, após décadas, outra razão passou a ser muito relevante. O historiador Moacyr Flores (2004) aborda o assunto, salientando a influência de germânicos que já haviam imigrado, e que escreviam cartas animadoras para familiares e amigos, relatando como era o Rio Grande do Sul. Essas correspondências eram uma forma barata e funcional para conseguir a vinda de pessoas, tanto que alguns agentes acabariam forjando esse tipo de correspondência.

Conforme já mencionado, em 1823, D. Pedro I havia encaminhado para a Alemanha o major Schaeffer com a missão de convencer e encorajar colonos e soldados. Os estudos de Flores (2004) explicitam que o aliciamento deveria ser feito através da rotulação de colono, devido à proibição, do Congresso de Viena, de formação de exércitos. Os dados informam que Schaeffer, durante seu tempo de agente, direcionou para ao Brasil centenas de imigrantes alemães. Referências apresentadas por Arendt e Witt (2004) indicam que mais de 2.000 soldados e 5.000 agricultores atravessaram o Atlântico naquele contexto.

Tubino (2007) estuda também este aspecto do processo imigratório. E esclarece:

A primeira fase da imigração alemã, para o Brasil, teve como objetivos a vinda de um efetivo para a ação militar, o povoamento do extremo sul do País, a experimentação de um tipo de lavoura familiar com homens livres, que fariam uma alternância com a economia pastoril na produção e exportação de produtos agrícolas para as demais províncias do País [...] Na província do Rio Grande do Sul, os objetivos foram plenamente atingidos [...] (TUBINO, 2007, p. 134-135).

De acordo com dados do livro de Carlos H. Hunsche (1975), o primeiro navio a zarpar da Alemanha em direção ao Brasil foi o “Caroline”, no dia 17 de dezembro de 1823, com 180 pessoas. Consta no livro uma lista com informações básicas dos passageiros, como: nome, idade, profissão e algumas vezes o local de origem, bem como identificava famílias que viajavam junto.

Sobre o posicionamento dos governantes alemães acerca do assunto, é novamente Tubino (2007) a esclarecer: o governo alemão considerava que os emigrantes perderiam sua cidadania alemã, pois as autoridades germânicas não aceitavam o retorno de imigrantes arrependidos de terem saído de sua terra natal. Sendo assim, o germânico não estava indo apenas à procura de melhores condições de vida, mas estava renunciando tudo o que ali deixara.

Quando o imigrante decidia sair do seu país, ele não sabia ao certo o que iria ocorrer, pois o caminho era longo e árduo, devendo percorrer diversas etapas, desde a saída de sua residência até chegar ao objetivo final. Ao tomar a decisão pela viagem, o emigrante vendia seus bens na Alemanha e ficava apenas com seus pertences particulares. Normalmente pegava-se um trem até o porto, onde embarcavam em navio. A viagem levava em torno de três a quatro meses. Quase sempre, as embarcações superlotavam, assim, privilegiando o retorno financeiro do deslocamento. Os emigrantes mais pobres viajavam na terceira classe, sem conforto, alimentação nem sempre adequada, higiene precária, mas eram melhores que os navios costeiros do Brasil, que encaminhavam os viajantes após chegarem ao país para suas regiões de destino. Estes eram extremamente lotados, e alimentação, muitas vezes nem havia. Os costeiros saíam do Rio de Janeiro em direção a Rio Grande e, após, Porto Alegre. Depois de alguns dias em Porto Alegre, as pessoas eram encaminhadas de barcas para a respectiva colônia. Muitos imigrantes eram largados com seus pertences nas margens dos rios e, não raro, sem ter ninguém para recebê-los. Tinham que entrar nas matas para encontrar seus lotes e assim construir suas moradias.

Diante dessas considerações, destaca-se a coragem daqueles homens, pois a viagem era um caminho sem volta. Tudo que eles tinham até o momento da decisão pela viagem não existiria mais, e não se saberia o que iria ocorrer com os próprios e com suas famílias.

No ano de 1824, D. Pedro I escolheu o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro para fazer a instalação da primeira colônia alemã, no Rio Grande do Sul. Quando os emigrados chegavam ao Brasil, ficavam abrigados em galpões na Praia Grande de Niterói até serem enviados às colônias ou ao exército. Em 25 de julho de 1824, chegaram os primeiros imigrantes a bordo do veleiro “Protector”. Acerca desse episódio, Barros e Lando (1996, p. 25) relatam que: “O ano de 1824 marca o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul, com a chegada e instalação de 38 imigrantes, às terras da Real Feitoria do Linho Cânhamo, posteriormente denominada São Leopoldo”.

No dia da chegada das primeiras famílias – dia 25 de julho –, através do sistema de colonização, passou-se a comemorar o “Dia do Colono”. Esse dia foi o marco da imigração, mas, se tem registro que existiam alemães na região do sul antes dessa data. Contudo, ressaltamos que o Rio Grande do Sul possuía, nessa época, aproximadamente 100 mil habitantes, distribuídos em quatro regiões Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Rio Grande e Porto Alegre. Não estavam inclusos nesse número os nativos. Com base em nossas pesquisas, notamos uma grande divergência entre os pesquisadores referente ao número exato de colonos que desembarcaram em São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824, mas todos destacam números entre 36 a 43.

Nessa época, São Leopoldo era uma imensa colônia, estendendo-se de Caxias do Sul a Taquara. A colônia era cortada pelos rios Sinos e Caí. No ano de 1828, foi erguida a primeira capela em São Leopoldo, e as casas que ali existentes eram, na sua maioria, muito pequenas ou ranchos, pois não se tinha muita infraestrutura para construir melhores. As roças eram próximas e os tamanhos também eram mínimos. Os colonos, ao chegarem ao sul, se depararam com alguns problemas e perceberam que nem tudo o que lhes foi prometido era cumprido. Os que ficaram na região de São Leopoldo receberam quase tudo que lhes foi oferecido, mas os que não firmaram raízes nessa região depararam-se com a decepção de não receber o que tinham direito, como lotes de terra demarcados, sementes, ferramentas agrícolas, animais, entre outros. Depois da Lei do Orçamento de 1830, os colonos que não haviam recebido os benefícios ficaram desamparados, tendo que se manter por conta própria. Mas como fazer isso em uma pátria nova, onde se falava outro idioma, e não se conhecia ninguém? Os alemães souberam fazer isso devido ao espírito de união que os manteve ligados. Assim, iniciava a vida em comunidade, fazendo com que essas pessoas se unissem pelo bem comum, pela força de trabalho, pela religião, pela educação, pela cultura, entre outros fatores.

De acordo com Arendt e Witt (2005), os colonos modificaram o sistema agrícola da região, que era baseada no latifúndio, monocultura e serviço escravo. Iniciaram um sistema com base na pequena propriedade, na policultura e no trabalho familiar. Nos primórdios da colonização, teve-se um sistema de troca de produtos, foram se criando as casas de comércio, sendo nomeadas como “Armazém de Secos e Molhados”, onde se podia comprar e trocar produtos. Essas negociações começaram a suprir as necessidades do núcleo e a influenciar no desenvolvimento econômico colonial.

Em meados da metade do século XIX, chegam ao Rio Grande do Sul os *Brummer*. Eram agrupamentos de militares mercenários alemães, que vieram para servir o exército de D. Pedro II, atuando nas guerras que a região sul do país enfrentava, e defendendo as fronteiras. Os *Brummer* eram ex-integrantes do Exército de *Schlewing-Holstein*, do norte da Alemanha, que foram dispensados do exército alemão após a assinatura do acordo de paz entre a Dinamarca e a Prússia, em 1848. No Brasil, lutaram na guerra de Oribes e Rosas, na época em que o presidente da Argentina, Juan Manoel de Rosas, e o ministro da guerra do Uruguai, Manoel Oribe, tinham como objetivo a união dos países da bacia do Rio da Prata. Em 1852, a guerra terminou, mas os *Brummer* continuaram a defender as fronteiras do país e, em razão disso, a maioria desses soldados permaneceram no Rio Grande do Sul, explorando novos núcleos e foi onde estabeleceram residência.

Em 1846, surgiram novas colônias: Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio e Santa Maria. Com a chegada de novos grupos germânicos, surgiram algumas colônias no Vale do Taquari, como Estrela, Lajeado e Teutônia. Na região de Rio Pardo e Pardinho, surgiram Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul e Candelária. Na parte sul do estado, surgiu São Lourenço do Sul. No encerramento do século XIX e nos primórdios do XX, desenvolviam-se as colônias da serra gaúcha.

A economia dessas regiões era basicamente a pequena propriedade. Com o advento do século XX, o Rio Grande do Sul alcançou o mesmo nível de desenvolvimento econômico de São Paulo e Rio de Janeiro, que formavam o tripé do poder econômico e político do Brasil, de acordo com Tubino (2007). A partir da segunda onda migratória, iniciou a colonização do Vale do Taquari e Caí. Os imigrantes que chegam com essa segunda onda fazem parte de uma burguesia que iria influenciar na política e economia da região na qual se estabelecerem.

Durante a segunda onda migratória ocorre a “Lei de Terras” (1850), que foi motivada pelo fato de a Província estar sem verba para continuar com colonização estrangeira, tendo de vender terras para grandes proprietários. A partir disso, não era só o estado que mantinha a concessão de lotes, já que iniciavam os empreendimentos particulares, como empresas imobiliárias. Essas empresas faziam a mesma propaganda que os aliciadores do governo na Alemanha, com as mesmas promessas de que os colonos receberiam ajuda inicial e, após alguns anos, depois que o lote de terra estivesse prosperando, os colonos teriam de pagar para que as terras fossem suas. O contrato das terras já era feito na Alemanha, ou seja, os colonos compravam suas futuras terras no Brasil através de agentes.

A ocupação das terras do Rio Grande, a partir da Lei de Terras de 1850, foi feita com critérios distintos dos anteriores, constatando-se uma redução do papel do Estado na colonização, motivo pelo qual aparecem muitas colônias provinciais e inúmeras particulares. Para as províncias, na verdade, não faltavam terras, o que inexistia eram fontes orçamentais. Por esse motivo, deviam vender as terras para manter o processo de colonização. Nas províncias, era a venda de terras que garantia a manutenção e o funcionamento do sistema de colonização (GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 27-28).

2.4 Considerações sobre imigração no Vale do Taquari

A colonização do Vale do Taquari iniciou aproximadamente em 1844, mas o processo de habitação estava lento até 1850, quando as empresas particulares assumiram a colonização da região. Nessa época, a venda de terras era um meio lucrativo, sendo que quem trabalhava com isso tinha lucros garantidos. As empresas compravam grandes extensões de terras ou adquiriam terras devolutas e as vendiam. Os colonos que as comprassem só iriam pagar depois de algum tempo nas terras e as despesas iniciais seriam pagas pelas empresas. As terras eram divididas em grandes lotes e vendidas aos colonos, com a supervisão do governo da Província. Às vezes, outras empresas menores compravam os grandes lotes e os dividiam em menores vendendo-os novamente. As primeiras empresas que surgiram na região, que se destacaram, foram Schilling & Cia, Baptista, Fialho & Cia, Antônio Israel Ribeiro.

O Vale do Taquari desenvolveu-se muito rápido em todos os sentidos, pois os colonos alemães que vieram para cá eram provenientes de outras colônias, principalmente a de São Leopoldo, e já conheciam a terra e sabiam como prosperar na região, principalmente com base na agricultura.

Convém mencionar que a história do Vale é mais antiga do que a imigração germânica, pois a região começou a ser colonizada aproximadamente na segunda metade do século XVIII, com a chegada dos primeiros casais açorianos, que também vieram para colonizar, e dos grandes fazendeiros pecuaristas. Como já citado, essas fazendas, com o passar do tempo, foram divididas em lotes e vendidas aos germânicos.

O início da colonização de determinada região aconteceu nas proximidades dos rios e no Vale do Taquari não foi diferente, tanto na chegada dos açorianos como na dos imigrantes alemães. Após o povoamento das regiões próximas ao rio, os colonos foram adentrando as matas e construindo novas comunidades. Com o aumento da população, esses micros povoamentos foram transformando-se em vilas, municípios e cidades.

O povoamento no Vale do Taquari acontecia na medida em que os povoados subiam o Rio Taquari e iam ocupando suas margens. Assim, o berço do povoamento luso-brasileiro, no primitivo território de Lajeado, deu-se, obviamente, onde iniciava seu limite com o município vizinho, Santo Amaro, isto é, na foz do rio Castelhana, onde principiava a Sesmaria do Desterro (SHIERHOLT, 1992, p. 27).

Conforme Ahlert e Gedoz (2001), o povoamento do Vale do Taquari iniciou aproximadamente na segunda metade do século XVIII, através de um ato do coronel José Custódio de Sá e Faria, na época Governador do Rio Grande de São Pedro. Com base em questões militares, o então governador ordenou que fosse construído um forte militar na região do “Passo do Rio Tebiquary”, que, posteriormente, formou o povoado de São José de Taquari. Ainda de acordo com os autores, no fim do século XVII, ocorreram doações de datas e concessões de sesmarias no VT, sendo que quem adquirisse as sesmarias tinha o compromisso de deixá-las em condições de habitação, através da abertura de estradas, construção de pontes, portos, entre outros.

Como já citado, o Vale do Taquari, antes da chegada dos alemães, era povoado por fazendeiros portugueses e açorianos. As fazendas eram baseadas na mão-de-obra escrava, destinadas a extração de madeira-de-lei e erva-mate, e eram mantidas apenas com a presença dos escravos e alguns empregados, pois os donos mantinham residência na província de Porto Alegre. Devido à falta dos cuidados dos proprietários, as fazendas nunca chegaram a um grande nível de desenvolvimento e o que nelas era produzido, era negociado na região de Porto Alegre. Ahlert e Gedoz (2001) apresentam uma relação das primeiras fazendas que estabelecem-se no Vale a partir do século XIX.

Entre as fazendas que se estabeleceram na região na primeira metade do século XIX, podemos identificar as seguintes (com indicação do município correspondente na atual configuração administrativa do território): Boa Vista (Estrela); Conventos Velho, Carneiros ou Lajeado, São Bento (Lajeado); Demanda e São Gabriel (Cruzeiro do Sul); São Caetano (Arroio do Meio); Santo Antônio e Beija Flor (Colinas). Essas fazendas, como as demais que havia na região, utilizavam mão de obra escrava [...] (AHLERT; GEDOZ, 2001. p.5).

Essas fazendas, a partir da metade do século XIX, passaram a ser loteadas aos imigrantes germânicos, através das empresas particulares. Na década de 1850, ouviam-se boatos em Porto Alegre sobre a fazenda “Conventos”. Diziam que a fazenda era constituída de terras muito férteis, produtivas, mas que era difícil o acesso ao local, pois o único meio era a navegação, e o caminho para se chegar era repleto de cachoeiras. Nessa mesma época, surgiu a empresa Batista & Fialho e Cia, formada por Antônio Fialho de Vargas, que se

associou a João Batista Soares da Silveira e Souza e a Manuel Fialho de Vargas. Sob o comando de Antônio, essa empresa adquiriu as fazendas de Conventos e Lajeado em 1853.

A partir da compra das fazendas, iniciava a formação da cidade de Lajeado. Detalhes da constituição da cidade são apresentados na próxima seção.

3 CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO

A colonização de Lajeado iniciou aproximadamente no decorrer da década de 1850, através do empreendimento familiar de Antônio Fialho de Vargas, que comprou dos irmãos Teixeira as fazendas de Conventos e Lajeado, situadas à margem direita do Rio Taquari. Como todo povoamento, Lajeado iniciou também nas proximidades de um rio, no caso, o Taquari, e na divisa com Santo Amaro (SCHIERHOLT, 1992). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, a fazenda dos Conventos ficou pertencente à Freguesia de Santo Amaro até 1874, sendo transferida para Santo Antônio de Estrela. Foi criada a partir da Lei Provincial nº 916, de 24 de abril de 1874. No ano de 1875, foi elevada para sede distrital, pela Lei Provincial de 26 de maio de 1881, tornando-se Freguesia de Santo Inácio dos Conventos e, em 26 de janeiro de 1891, tornou-se município de Lajeado, pelo Ato Estadual nº 57.

A região da atual Lajeado começou a ser habitada no decorrer do século XVIII, quando grandes proprietários começam a adquirir lotes, através de concessões de terras na região do Vale do Taquari. Os sesmeiros tinham a obrigação de fazer com que a terra fosse habitada e cultivada, mas muitos desses apenas construíram alguns ranchões e galpões em locais estratégicos para comprovar que a terra estava sendo administrada. Os fazendeiros colocavam empregados e escravos para conduzir o local, já que os proprietários moravam na cidade de Porto Alegre, o centro administrativo do Rio Grande do Sul na época. Com o passar dos anos, ocorreu o desenvolvimento de Santo Amaro, Taquari e Triunfo, em razão de alguns sesmeiros passarem a morar nessas regiões.

Silva (1972) traz em seu livro o registro de quem recebeu sesmarias na região do Vale do Taquari. Destacamos dois, que ficaram com as terras do território de Lajeado, em 1800: João Inácio Teixeira, que recebeu 3.900 braças de frente por meia légua de fundo; e seu irmão José Inácio Teixeira, que recebeu 3.250 braças de frente por meia légua de fundo. Ambas estavam localizadas na “Serra do Taquari”. Com o passar dos decênios, os proprietários dividiram as terras em fazendas e, para melhor administrá-las, essa região foi dividida em duas principais fazendas: “Fazenda de Conventos” e “Lajeado ou Carneiros”.

Quem eram os irmãos Teixeira? Eram filhos de um casal de açorianos, João Teixeira Machado e Ana Maria de Jesus. Os dois nasceram em Santa Catarina e mudaram-se para Porto Alegre, onde construíram sua fortuna. Em 1794, criaram a sociedade “Irmãos Teixeira”. Não se sabe muita coisa sobre a vida e a empresa deles, apenas alguns dados em documentos encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul sobre a partilha de bens após o término da sociedade, que ocorreu em 1824. Na divisão da empresa, a Fazenda de Conventos ficou pertencente a José Inácio Teixeira, o qual a vendeu na década de 1850 para Antônio Fialho de Vargas. De acordo com dados do IBGE, José Inácio Teixeira, no ano de 1830, “fixou-se no local, dedicando-se à colonização da região, mas de forma incipiente. A colonização sistemática começaria a partir de 1853, com a venda das terras de Teixeira a Fialho de Vargas, que fazia parte da firma “Baptista e Fialho, Pereira & Cia Ltda””.

Quem foi Antônio Fialho de Vargas? Conforme Schierholt (1992), Antônio Fialho de Vargas foi o fundador da cidade de Lajeado. Natural de Gravataí, nasceu em 15 de setembro de 1818. Seu pai era Manoel Fialho de Vargas, natural do arquipélago dos Açores, sua mãe era Maria Inácia de Jesus, nascida em Gravataí, seus avós, tanto maternos quanto paternos, eram originários da Ilha do Fayal. Vargas casou-se com Maria Inácia da Conceição Dutra, a qual era natural de Gravataí, filha de Inácio Antônio Dutra e Fabiana da Conceição Gonçalves. Ele e sua esposa tiveram nove filhos, desses, cinco se tornaram sacerdotes e freiras. Não se sabe ao certo quantos irmãos tinha Fialho, mas se tem registro de dois, pois um deles, João Batista Fialho, tornou-se sacerdote, e Manuel Fialho de Vargas fez parte da sociedade na empresa imobiliária denominada “Batista & Fialho”. Essa empresa era formada por: João Batista Soares da Silveira e Souza; Manuel Fialho de Vargas que, ao falecer, deixou sua parte para a esposa Maria Rita de Andrade Fialho, cada um obtinha 25% da empresa; e Antônio Fialho de Vargas, que era possuidor de 50% da empresa. Não se sabe exatamente em que ano ele comprou as terras da fazenda dos Conventos e Lajeado de seus sócios, mas alguns documentos indicam que a data de fundação da colônia foi em 20 de março de 1855.

A aprovação da Lei de Terras, sancionada por D. Pedro II, no mês de setembro de 1850, regulamentada em 1854, através do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro, determinou como seria feita a posse, a manutenção, o uso e a comercialização de terras durante o Segundo Reinado. Com isso, o único jeito de obter terras públicas era pela compra, não se usava mais o sistema de posse ou doação de terras. Witt (2001) nos traz que o governo passou a cobrar impostos e taxas para o registro e a demarcação de terras e que a verba adquirida era utilizada para trazer imigrantes, principalmente europeus, com o intuito de gerar mão-de-obra para as lavouras de café. Era quase impossível uma pessoa pobre adquirir ou comprar terras, devido aos altos valores das taxas e, assim, as terras ficaram em mãos de grandes proprietários rurais, que passaram a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola. No Rio Grande do Sul, algumas pessoas aproveitaram-se da Lei de Terras como forma de aumentar suas fortunas, a partir das empresas imobiliárias que compravam terras baratas, faziam as demarcações, loteavam e vendiam na Europa, através de agentes de venda. Dessa forma que muitos imigrantes compravam terras de “agentes de venda”, sem nem saber a localização dos lotes.

Para Antônio Fialho de Vargas não foi diferente. Ele viu a Lei nº 601 (Lei de Terras) como um bom investimento e começou a comprar diversas fazendas na década de 1850, estando entre elas, como já citado, a fazenda Conventos e Lajeado. Após tomar posse dessas terras, Fialho envia o *Brummer* Carl Ernst Mützel a região, para que fizesse a abertura das picadas, a medição e a demarcação dos lotes, de modo que fosse possível iniciar a colonização da região.

Segundo Schierholt (1992), Fialho utilizou o mesmo sistema de venda de terras que o governo provincial. As vendas eram feitas a partir da Lei Provincial nº 304, a qual era uma adaptação da Lei de Terras no Rio Grande do Sul. De acordo com essa lei, as terras eram divididas e demarcadas em lotes de 100 braças quadradas, colocados à venda aos colonos por aproximadamente 300 mil réis por lote. O vendedor tinha de dispor de infraestrutura de estradas, portos, locais para a construção de igrejas, cemitérios, entre outros serviços públicos. A venda era feita a prazo, sendo que a dívida tinha que ser paga em cinco anos. Os colonos que se dispusessem a vir para as novas colônias, recebiam auxílio no pagamento das passagens, e um valor por pessoa para auxiliar com as despesas iniciais. Esse valor variava de acordo com a idade e o sexo. Eram escolhidos imigrantes que fossem, principalmente, agricultores ou pessoas com profissões estabelecidas, que podiam cultivar suas terras com ajuda de empregados assalariados, pois era proibida a posse de escravos por imigrantes.

A colonização de Lajeado foi feita principalmente por imigrantes que já estavam no Brasil, vinham de outras colônias e por filhos dos mesmos. Os pais incentivavam os filhos a comprarem terras em novas colônias, por serem mais baratas que as colônias já desenvolvidas.

A chegada de Fialho à Fazenda de Conventos, em 1855, onde hoje é o Bairro Carneiros, foi considerada a data de fundação da Colônia. A sede da fazenda ficava onde é o paredão do rio Taquari, a uns 6 km do centro de Lajeado. Neste local existe um arroio denominado “Arroio dos Conventos” que desemboca no rio. No encontro entre o arroio e o rio, foi construído o primeiro porto de Lajeado, o qual já era utilizado pelos irmãos Teixeira, e por onde chegavam pequenas embarcações que traziam mantimentos e levavam produtos produzidos na colônia. Ali desembarcaram os primeiros colonizadores com suas famílias.

Fialho trouxe consigo escravos e empregados, construiu um enorme casarão e dois complexos que serviam de moradia para sua família, como local de recepção e hospedaria para os primeiros colonos emigrantes. Também servia como salão de festa e tudo que fosse necessário. A partir da década de 1860, o casarão passou a receber os padres que vieram para rezar missas, batizados e casamentos.

A partir do paredão, iniciou a cidade, sendo que dali saíram as primeiras ruas. Em mutirões organizados por Fialho, empregados e imigrantes, foram abertas clareiras, construídas choupanas e assim tudo começou. Primeiro a picada de Conventos Velho (Carneiros), Santo Inácio dos Conventos (Centro), Conventos (evangélico) e São José dos Conventos (católica).

Não se sabe ao certo o porquê da utilização do nome “Conventos”, mas justifica-se com a lenda sobre a história de um marinheiro que parou na região para construir um local que pudesse salvar as almas de índios que aqui encontravam-se. Por conta das guerras napoleônicas, que não permitiam a vinda de missionários para cá, o marinheiro precisou partir. Contudo, ele teve um relacionamento com uma brasileira, do qual surgiu uma criança, que acabou sendo o filho adotivo de José Inácio Teixeira.

De acordo com Black (2004), no ano de 1855, chegaram à colônia de Conventos os primeiros colonizadores germânicos, sendo o primeiro a registrar suas terras o colono João Luiz Kräemer, no ano de 1856. Esse imigrante registrou a compra de dois lotes de terras com 150.000 braças quadradas cada, no valor de 520 mil réis. Com base nos relatórios que Fialho

de Vargas tinha de enviar, anualmente, ao Governo da Província, sabe-se que no ano de 1855 a colônia já contava com 13 famílias, e em 1859, com 28 famílias, sendo um total de 188 habitantes, entre os quais havia ferreiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates e diversas outras profissionais. Todavia, todos estavam, de alguma forma, envolvidos com a agricultura para garantir o sustento. Em 1869, foi enviado outro relatório em que constava que a fazenda Conventos possuía aproximadamente 450 habitantes, sendo 159 homens, 150 mulheres e aproximadamente 140 crianças. Nesses relatórios, tudo era minuciosamente especificado: o número de habitantes entre homens, mulheres e crianças, as idades, a quantidade de terra que cada família tinha, o que faziam, o que estava sendo produzido, quantas sacas de cada produto era colhido, a quantia que ficava na colônia e o que era comercializado, religião de cada, número de empregados e escravos na colônia, espécies e números de animais, número de casamentos, nascimento, batismo e óbitos ocorridos.

Quando iniciou a colônia, Antônio Fialho de Vargas enfrentou muitos obstáculos, mas também obteve sucesso. Schierholt (1992) menciona cartas enviadas para o primo João Batista Soares da Silveira e Souza informando como estava a colônia. De acordo com as cartas, Fialho relatava que estava obtendo bastante desenvolvimento na agricultura, mas que necessitava de estradas, de pontes sobre o rio Taquari e o arroio dos Moinhos, de escolas, preferencialmente duas, uma para meninos e outra para meninas, já que as crianças estavam sendo instruídas em um cômodo do sobrado de Fialho. Quando citou a ponte, também informou qual seria o melhor local e, justificava, que era uma humilhação precisar solicitar passagem a moradores para acessar o outro lado do rio. Com a ponte, o cotidiano das pessoas seria mais fácil e, inclusive, o comércio com os grandes centros urbanos.

Ainda de acordo com as cartas mencionadas, a maior dificuldade da colônia era o transporte. Era necessária a abertura de estradas, mas para isso precisava-se das pontes. No fim da década de 1850, Fialho, com ajuda de colonos, construíram pontes provisórias. Com o passar do tempo, os lotes próximos do seu casarão passaram a ser cada vez mais valorizados, assim, muitos colonos compravam lotes mais distantes. Devido a isso, surgiram novas picadas e, a partir de 1858, as pessoas que viviam nas proximidades do rio começaram a sentir o impacto das enchentes e isso fazia com que a população cada vez mais adentrasse nas matas.

Em Black (2004), encontra-se dados sobre o complexo industrial construído por Vargas. Como os negócios estavam prosperando, no ano de 1862, em conversa com o engenheiro Henrique Luís Jaeger, Fialho decide construir um engenho no Arroio Lajeado. A

obra foi feita por escravos. Ao término da obra, a população ficou perplexa ao ver o canal se encher de água e mover a grande roda hidráulica e as engrenagens da serraria. Logo após, foi construído o moinho, também movido por roda de água. Em 1874, após a saída de Jaeger da administração do complexo, Fialho vende a propriedade para Filipe Jacó Hexsel, o qual possuía o engenho de serrar madeira, o moinho de grãos e fabricação de azeite, residências, açudes, entre outros. Todo esse complexo foi vendido por 7:500\$000 mil réis, sendo um total de 75.000 braças quadradas.

Hexsel aperfeiçoou os mecanismos que existiam e construiu outros. Para um melhor desempenho do complexo, foram construídos um descascador de arroz e um mecanismo de extração de óleo de amendoim, que serviria como combustível para iluminação. No ano de 1882, Hexsel construiu um muro junto ao canal para escoar as águas das cheias, foi construída uma ferraria. Na década de 1890, o filho de Hexsel, Felipe Jacó Hexsel, vendeu partes da propriedade, para a família Schlabitz.

No ano 1900, Augusto Schlabitz começou a fazer reformas no engenho que havia sido comprado por seu pai Emílio Schlabitz, sendo que foram chamados vários carpinteiros para fazer uma reforma geral. Na década de 1920, Augusto Schlabitz comprou todo o complexo industrial. Em 1934, Augusto vende o moinho para Fernando Lohmann, 7 anos depois, o mesmo é destruído por uma enchente. Quando o engenho estava prestes a fazer um século de atividade, Schlabitz vendeu todo o maquinário e faleceu logo após, em 1958.

O núcleo urbano veio a desenvolver-se a partir do complexo industrial (atualmente Parque do Engenho). O moinho favoreceu o transporte fluvial e, no porto (atual Bairro Praia), para adequar-se às necessidades, foi construído um sistema de trole para o serviço de carga e descarga das embarcações, que até então era movido por tração animal. Como a colônia crescia rapidamente, empresários começaram a se estabelecer na região e, assim, foram sendo instalados os primeiros armazéns, pequenas lojas de comércio, restaurantes, hotéis, estaleiros, oficinas de barcos e bares. Dessa forma, a rua do porto foi transformada em um Centro Comercial.

Com a expansão da região, Fialho resolveu investir em uma nova área, que ficava entre o engenho e o porto (próximo a Igreja Matriz). Conforme Schierhold (1992), na década de 1870, Fialho demarcou as terras de Conventos Velho para serem vendidas como fazendas, e mandou transferirem seu sobrado para a rua que ligava o porto ao engenho, nas proximidades das atuais ruas Silva Jardim e Borges de Medeiros. Entretanto, segundo

documentos também citados por Schierhold (1992), o prédio ficava na esquina da rua Santo Inácio. No decorrer da década de 1870, começou a aumentar a população ao redor do centro administrativo. Nessa época, Lajeado passa a ser intitulada como “Santo Inácio dos Conventos” e, após, renomeada como “Santo Inácio de Lajeado”. Conforme já citado anteriormente, em 1875, a localidade passa a ser o 2º distrito de paz da freguesia de Estrela.

Em 1860, chega à Fazenda dos Conventos o primeiro padre, o jesuíta Miguel José Kellner. Segundo relatos de Black (2004), Kellner foi à casa de Fialho de Vargas (localizada ainda em Conventos Velho), onde rezou a primeira missa e batizou as crianças que ali existiam. Depois disso, no mínimo uma vez por ano era enviado um sacerdote à região para fazer procedimentos necessários. Até o ano 1874, os católicos da atual região de Lajeado tinham de atravessar o rio Taquari para chegar a Estrela, onde havia uma igreja católica. Devido ao “transtorno” de terem que usar a residência de Fialho – que não comportava mais o número de fiéis – toda vez que o padre vinha a Lajeado rezar a missa, em 1876, foi iniciada a construção da capela Santo Inácio.

Fialho traçou, nas proximidades da capela Santo Inácio, ruas. A inauguração da igreja ocorreu no ano de 1878, e poucos anos depois, ela teve de ser ampliada para comportar o número de moradores, que continuava a aumentar. Nas proximidades da capela também foi construída uma Casa Canônica, para ser a residência dos padres jesuítas.

Após a morte de sua esposa, em 1881, Fialho passou a residir em Estrela, deixando a comunidade de Lajeado à espera da aplicação do projeto que havia sido traçado sobre o núcleo urbano. Ele havia doado os terrenos para a construção da praça, da igreja, da escola, da casa para padres e do cemitério, mas faltava a organização das novas ruas, escolas, praças, entre outros. A população, descontente com a situação, entrou em contato com a Câmara de Vereadores de Estrela para que obrigasse o fundador da colônia a, pelo menos, abrir o restante das ruas.

No ano de 1885, Fialho vendeu o sobrado para João Zick, que era cervejeiro e transformou o prédio em um armazém de “Secos e Molhados”. Em 18 de julho de 1895, Fialho de Vargas veio a falecer, no município de Taquari. Em 1922, o casarão onde residiu, em Lajeado, foi demolido e, de acordo com Schierhold (1992), os tijolos foram utilizados para a construção do clube “Tiro e Caça” que, na época, era a “Sociedade Ginástica Lajeadense”.

No final da década de 1880, Lajeado havia progredido muito e as lideranças econômicas e políticas da localidade não gostavam de recorrer à Câmara Municipal de Estrela quando necessitavam de algo. Estrela também não estava conseguindo manter um distrito dessa dimensão e, em razão disso, no dia 26 de janeiro de 1891, através da assinatura do Ato nº 57, foi criado o município de Lajeado. Os lajeadenses comemoraram a notícia.

Assim, o governo nomeou a primeira Junta Municipal, que ficaria responsável pela organização do município. Frederico Henrique Jaeger foi o Presidente da Junta Municipal. Este nasceu em Lajeado, em 16 de outubro de 1861, casado com Paulina Blauth, trabalhava no comércio e transporte fluvial, vindo a falecer em 27 de julho de 1933. Junto com Jaeger, foram convocados Jacó Scherer, Emílio Schlabitz, Felipe Bender e Tertuliano Martins Jacques, por serem pessoas que tinham contatos com grupos econômicos e políticos da grande Porto Alegre, que vieram a influenciar no desenvolvimento econômico de Lajeado.

Diante desses episódios, Lajeado prosperou e se transformou na cidade que é hoje. Isso foi possível graças a diversos nomes que iniciaram a administração da localidade e que estão presentes até hoje no cotidiano lajeadense, representados com nome de ruas e parques do município. Além disso, a cidade sofreu várias reformas motivadas por quem estava no poder. Foram reformas urbanas, de expansão, desenvolvimento de núcleos, entre outros. Com o passar dos anos, Lajeado foi elevada à cidade, o que ocorreu em 1939.

3.1 Bairro Conventos

No ano de 1856, também chegavam à colônia dos Conventos os primeiros moradores do atual bairro Conventos, situado na divisa com o município de Forquetinha e Santa Clara do Sul. Acredita-se que o primeiro morador do bairro foi João Gaspar Richter, o mesmo embarcou no navio “Neptum” em 1858, com destino a CCSJC, tendo assinado um contrato com Fialho para estabelecimento e auxílio para com as despesas iniciais.

Na Picada São José dos Conventos, um dos pioneiros foi João Gaspar Richter. No “Contrato Provisório assinado em Hamburgo, em 8-7-1858, Gaspar Richter se comprometeu a partir no navio “Neptum”, em 10-7-1858, para a Colônia dos Conventos, onde devia comprar “um terreno bom o suficiente, de superfície ali em uso, e, segundo o preço corrente, a prazo de cinco anos”. Além disso, receberia de Fialho de Vargas “as sementes e os viveiros necessários para sua família até a primeira colheita. O sr. Fialho de Vargas daria ao contratado e sua família um adiantamento de 60 mil-réis para cada pessoa maior de 10 anos e de 30 mil-réis para cada menor de 1 a 10 anos, fornecendo-lhes os meios necessários para o estabelecimento da sua morada” (SCHIERHOLT, 1992, p. 75-76).

Nos primórdios, o bairro Conventos era dividido em três partes: Picada dos Conventos, São José dos Conventos e Picada São José. Muitas informações sobre a formação do bairro confunde-se com a história de Lajeado, talvez devido à semelhança dos nomes. Algumas das pessoas que colaboraram para essa pesquisa acreditam que a cidade desenvolveu-se a partir do bairro Conventos, que em Carneiros “Conventos Velho” apenas ocorreu com a chegada de Antônio Fialho de Vargas.

O bairro iniciou com uma rua reta, sendo que, nas laterais da mesma, ficavam os lotes de terra. Quando chegavam os primeiros colonos, não se percebia uma divisão religiosa, mas, com o passar dos primeiros anos, pôde-se notar a separação. Na entrada do atual bairro era predominante a religião evangélica, enquanto do meio até a Forquetinha a população era predominantemente da religião católica. Schierholt (1992) certifica essa afirmação:

Picada dos Conventos era predominantemente evangélica. Talvez os primeiros que lá se estabeleceram vieram lá por 1856 ou 1857 [...] Pastores itinerantes se paróquias de origem de imigrantes visitavam esporadicamente grupos de famílias, carregando consigo livros de registros. O registro mais antigo até agora encontrado é o do pastor Filipe André Weber, de 26-11-1864. [...]São José dos Conventos tinha a predominância de famílias católicas (SHIERHOLT, 1992, p. 76-77).

Em conversa com moradores, foi relatado como era a relação entre evangélicos e católicos na época de seus pais e avós. De acordo com esses moradores, não havia um bom relacionamento entre os membros das duas religiões, sendo proibido, até as primeiras décadas do século XX, qualquer tipo de contato entre elas.

Há registro de que a comunidade evangélica iniciou em Conventos, no ano de 1863 (BLACK, 2004), sendo fundador o *Brummer* Friedrich Gottlieb Niendorf. Nesse mesmo ano, foi criada a “*Evangelische Gemeinde zu Conventos*”. Até 1870, a região era atendida por pastores leigos, e os primeiros registros de nascimentos ocorreram nos anos de 1860 e 1862. A primeira criança a ser batizada pelo pastor Ernst Hermann Döbber foi Henrique Eckerdt, filho de Felipe Eckerdt e Catharina Aharend.

O primeiro pastor a assumir a paróquia evangélica foi o Pastor Döbber, no ano de 1869, nasceu na Alemanha, em 1826. Casado com Maria Dorothea, Döbber veio para o Brasil em uma das companhias de *Brummer*, foi cabo da “Legião Alemã”, e faleceu no ano de 1895. O segundo pastor foi o Pastor Häuser, que assumiu em 1873, época em que foi lançada a pedra fundamental para a construção da primeira igreja evangélica. No ano de 1882 foi feito um levantamento do número de membros da comunidade, que possuía 129 membros, sendo

65 mulheres e 64 homens. Black (2004) apresenta uma lista com os nomes de todos os participantes.

No decorrer da segunda década do século XX, ocorreu uma separação entre os membros da Comunidade Evangélica de Conventos, sendo fundada a paróquia Evangélica Luterana, com um total de aproximadamente 60 sócios.

[...] seu início retroage ao dia 09 de agosto de 1914, data em que parte da antiga *Evangelische Gemeinde zu Conventos* rompeu com seu órgão superior, a igreja Unidade Sínodo Riograndense, *Synode und Evangelische Oberkirchenrat* [...]. Em Assembléia realizada em 27 de setembro de 1914, foi discutido e aprovado o desejo de reintegração àquele Sínodo, porém sob determinadas condições. As exigências não encontraram guarida e, através da Assembléia do dia 03 de janeiro de 1915, ocorreu a cisão definitiva, passando a Comunidade, num primeiro momento, a denominar-se *Evangelische Gemeinde Conventos*. Também nessa data seus membros decidiram [...] solicitar o atendimento espiritual à Igreja Evangélica Luterana do Sínodo Missouri (BLACK, 2004, p. 52).

Logo após, foi iniciada a separação dos bens entre as comunidades evangélicas, o que veio a se estender por anos. Até 1929, era utilizada a mesma igreja pelas duas paróquias evangélicas. Como as duas estavam descontentes com isso, em fevereiro de 1929 foi lançada a construção do templo da Igreja Evangélica Confissão Luterana do Brasil - IECLB.

Os autores Arendt e Witt (2005) apresentam uma das versões para o significado de comunidade que segundo eles as pessoas relacionadas são ligadas por laços de afinidade e podem ser identificadas por características comuns como: língua, religião, alimentação, etc. Mas só se consolidara a partir do momento em que possuiu identidade própria.

A Comunidade Católica de Conventos “São José dos Conventos”, objetivo principal desta monografia, iniciou em 1858, com a chegada do já citado João Gaspar Richter. A primeira capela foi construída em 1869, mas antes disso ocorriam atendimentos religiosos na casa do pioneiro Richter. Sua casa serviu como igreja, escola, salão de festas. Com o passar do tempo, a comunidade foi expandindo e progredindo, sendo locais de convivência, como igreja, escola, salão comunitário, clubes, entre outros. A história da comunidade será apresentada no próximo capítulo, construído com a participação de moradores da localidade, através de entrevistas e de consulta a documentos produzidos pela comunidade desde a colonização até a atualidade.

4 COMUNIDADE SÃO JOSÉ DOS CONVENTOS: ENTRE RABISCOS E LEMBRANÇAS

O termo comunidade é usado para denominar uma forma de associação íntima, ou um grupo, cujos integrantes se ligam uns aos outros por laços harmônicos. Em outras palavras, podemos dizer que qualquer elemento que ligue um número relevante de pessoas, como etnia, origem, religião, idioma, entre outros fatores, pode ser considerado uma comunidade. Os imigrantes que chegaram à região de Conventos trouxeram consigo muitas coisas, entre as quais sua fé cristã. Em situação precária, abandonados naquilo que diz respeito ao aparato religioso, a única coisa em que tinham a se apegar era na sua fé. Esse foi um dos principais laços que constituiu a Comunidade Católica São José dos Conventos.

Para potencializar este estudo, será apresentada a história da CCSJC por meio da interlocução de integrantes dessa localidade nos dias atuais. Estes tratam desde as causas da partida dos antepassados da terra natal, Alemanha, até a sua chegada ao país, bem como as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores.

Durante o período de coleta de dados, foram entrevistadas sete pessoas, sendo seis homens e uma mulher. A ausência da presença feminina nas entrevistas justifica-se pelo fato de existirem poucas mulheres moradoras na comunidade, que sejam naturais da localidade. Em conversa com moradores, foi explicado que a pouca presença feminina que seja natural da região é devido ao fato de se terem evitado ou proibido o casamento entre pessoas com laços de consanguinidade. Normalmente, os homens e as moças frequentavam festas de outras comunidades para conhecer jovens em idade de casamento. Por conta disso, era comum os rapazes casarem-se com moças de outras regiões e continuarem cuidando das terras dos pais. Já as moças mudavam-se para novas comunidades.

Notamos que, na localidade, existe um grau de parentesco significativo entre as pessoas, sendo a maioria descendente das famílias Beuren, Kraemer, Mallmmam, Richter, Rockenbach, Schorr, Hammes, entre outras, oriundas dos pioneiros.

No primeiro capítulo foram citadas as causas da imigração com base em referenciais bibliográficos. Agora será apresentada a história com base em entrevistas com pessoas relacionadas à comunidade e em documentos produzidos na localidade. O primeiro relato é apresentado pelo senhor I.R. (2016, depoimento oral) que traz as causas da imigração europeia para o Brasil:

[...] eles saíram de lá porque era a única opção deles, eles vieram a maioria dos nossos imigrantes que estão aqui no Brasil, que vieram nos anos de 1824 até 1879. Eles eram lá empregados dos da classe alta né, então eles não tinham propriedades quase não tinham direitos né [...] eles viviam pobres né, ai surgiu a oportunidade, D. Pedro I como era casado com uma, uma senhora do reino Austro Húngaro ela era parente ai eles negociaram, esposa alemã, mas lá se tem profissão, mesmo eles sendo pobres eles tinham profissão [...] eles querem mais é sair de lá pra te uma propriedade, e aqui tinha, aí foi essa história né, eles se atiraram com que tinham ao mar, em termos hoje que nem os fugitivos da Síria que vão para a Europa, mais ou menos a mesma história [...] tinham um cara daqui do Brasil de origem alemã lá, então ia lá fazer o comercial dele “há lá no Brasil no Rio Grande do Sul têm terras, tem isso mais aquilo de graça para vocês, bhá deus o livre de propriedade, vamo lá, aí eles se mandaram, navios e embarcações, vamos chamar assim, embarcações com as mínimas condições né, mas tanto é que teve embarcações que veio e não quis mais voltar né, as primeiras eram assim. Aí, depois, tinham uma época que já vieram mais sabendo tenho uns parentes aqui no Rio Grande do Sul né no caso. Aí eles já trocavam correspondência, como é que como é que não é, as matas já tavam abertas né, as colônias né, então já tava mais fácil, [...] então era por necessidade era por necessidade resumindo, porque lá eles não tinham futuro e aqui eles almejavam um futuro melhor, né (I.R., depoimento oral, 2016, p. 1).

Podemos observar o interesse das pessoas que vivem na CCSJC em saber e conhecer as suas origens, e que as histórias das famílias são passadas de geração a geração. Para corroborar essa informação, citamos W.R. (2015, depoimento oral) que faz pesquisas sobre árvore genealógica de famílias alemãs.

Como já citado, os primeiros integrantes da comunidade chegaram, aproximadamente, na segunda metade da década de 1850, sendo pioneiro o senhor João Gaspar Richter. W.R. (2015, depoimento oral), descendente do João G. Richter, relatou sua percepção sobre a vinda de Richter para o Lajeado. Abordou o lote de terra recebido e como foi difícil o estabelecimento dos imigrantes na região:

[...] a nossa família foi a décima sexta ou sétima, ganhou o lote 24, e do navio de 1858 que veio a família Richter vieram só cinco famílias pra cá, mas uma ou duas delas já foram colocadas lá pra alto Conventos a dentro, porque ele colocou elas distante uma da outra? Pra eles não formar um núcleo, pra eles passar muitas dificuldades e chamar outros parentes e amigos pra vir pra suas terras, essa era a

estratégia do grande Fialho de Vargas, o xiru dá uma importância enorme. Era um historiador imobiliário, né! E então ele vendia essas terras né, eles tiveram de pagar, naquela época já tiveram de pagar. [...] veio em 1860, 62 já veio a família Beuren, que também veio diretamente da Alemanha, foi para Rio de Janeiro e de Rio de Janeiro foi para Mariante, de Mariante veio pra Conventos, né, e daí a viúva veio com os filhos pra cá, né! Eles começaram a colonização de Lajeado, começou em Conventos. Lajeado não tinha nada ainda, né. Conventos talvez era as terras melhor para produzir, ééé, melhor para derrubar o mato, né, porque as margens do arroio tudo mais difícil, era os arroio que inundavam, e tudo mais então eles escolheram Conventos [...] uma colônia muito progressista, progrediu muito [...] se tornava praticamente alto suficientes, que quer dizer produziam tudo que precisavam no, no núcleo [...] (W.R., 2015, depoimento oral, p. 2).

O colono João Gaspar Richter construiu a primeira casa na região, sendo inicialmente uma choupana. Conforme Waldemar Richter (1998, depoimento oral, p. 47), a choupana foi construída com “quatro varas – cortadas no mato – ficando no chão, bem altas- forquilhas na metade das mesmas, local onde faziam o assoalho do 2º piso [...], onde a família dormia. Fizeram isso para proteger a família do perigo das feras que eram abundantes e poderiam atacar a família de surpresa à noite”. Essas choupanas, como eram altas do chão para a proteção, tinham uma escadinha de acesso que, à noite, era recolhida.

Pouco tempo após a chegada de João Gaspar Richter com sua esposa e os três filhos, ele constrói uma casa em estilo arquitetônico *enxaimel*, mais confortável. Posteriormente, a casa serviu como salão de festas e de casa para professor Adão Aloisio Rockenbach, que também lecionava ali para as crianças da CCSJC. Essa casa ainda existe e acredita-se ser uma das mais antigas de Conventos e Lajeado, segundo dados apurados por Black (2004).

Foi perguntado ao senhor W.R. (2015, depoimento oral) onde iniciou a Comunidade São José dos Conventos, que respondeu: “São José dos Conventos é ela começo justamente lá no cemitério a primeira escolinha né, que era igreja escola né, e depois do lado na casa do Richter continuaram [...].”

Outra família pioneira é a de Elisabeth Beuren. De acordo com dados de Black (2004), em 1845 chegou ao Rio de Janeiro o colono Johann Adam Beuren, com a esposa Elisabeth M. Beuren e o filho Joseph. Enquanto estavam no Rio de Janeiro, nasceram mais três filhos: os gêmeos Augusto e Carlota e o mais novo, Martin. Johann nasceu na Alemanha em 1816, e morreu em 14 de maio de 1853, no Rio de Janeiro, aos 37 anos, vítima de febre amarela. Elisabeth Moritz Beuren nasceu em 18 de agosto de 1819, em Burgen na der Mosel, Alemanha.

Durante a permanência da família Beuren na capital do país, trabalharam para a família imperial. Johann era cocheiro e colaborador na construção do Palácio de Verão (hoje

Museu Imperial) e Elisabeth trabalhava com os filhos cuidando da alimentação dos cavalos de Dom Pedro II. Os Beuren possuíam dois títulos de terras na cidade onde viviam, mas em 1854 e em 1861, Elisabeth os vendeu após a morte do marido, e resolveu migrar para o Rio Grande do Sul com seus filhos, juntamente com mais algumas famílias. Estabeleceram-se na Estância Mariante, mas, devidos às cheias do Rio Taquari, mudam-se para a fazenda da família Azambuja, em São Gabriel (hoje Cruzeiro do Sul). Em 1859, incentivadas por Philipp Chris, algumas famílias vieram em direção ao núcleo de Conventos. Elisabeth adquiriu, em 27 dezembro de 1859, o lote nº 39 com 150.000 braças, na CCSJC. Ela faleceu em 7 de abril de 1907, com 87 anos, e está enterrada no Cemitério Católico de Conventos. Seus descendentes ainda residam nas terras adquiridas por ela.

Com o passar do tempo e com o aumento da população, surgiu a ideia de construir uma igreja pequena. Segundo o membro comunitário R.S. (2016, depoimento oral), “[...] tinha uma capelinha pequena, dizem que antes dessa tinha uma capelinha, desse tipo de estrada, mas depois foi construída uma capela e mais tarde outra capela [...]”. Na década de 1860, foi construída a primeira igreja rústica, nas proximidades da casa dos Richter.

Considera-se que a capela de São José dos Conventos, construída por João Gaspar Richter, é a mais antiga do município, sendo inicialmente uma simples igreja de madeira. Com base em dados de Black (2004), posteriormente, em 1906, foi benzida a pedra fundamental para a construção da nova capela, com ajuda dos moradores, era de arquitetura singular, não possuía torre, somente uma rosácea no ponto central, o sino estava ao lado da igreja num campanário.

A Capela de São José dos Conventos, pequena e de madeira, foi construída em 1869 e inaugurada no ano seguinte. Durou 30 anos. Em 8-12-1906, Pe. Francisco Bohme benzeu a pedra fundamental de uma nova capela, elegendo as 45 famílias católicas os seguintes membros da comissão: Nicolau Hammes, Martim Beuren, Filipe Kraemer e Adão Aloísio Rockenbach (SCHIERHOLT, 1992, p. 77).

No início do século XX, o professor Adão Aloísio Rockenbach e outros integrantes da comunidade juntaram-se para construção de uma capela maior, mais confortável que acomodasse seus membros. A construção da segunda capela foi solicitada pela comunidade, por falta de espaço na existente, segundo dados encontrados em um dos Livros Atas da Comunidade, que foi iniciado em 1869 e lacrado em 1914. Entre as páginas 140 e 143 está descrito o contrato de doações de terras para a construção da nova capela e da escola. A terra foi doada por Adão Aloísio Rockenbach e sua esposa, Catharina Rockenbach, em 28 de novembro de 1911, para a “Mitra Arquiepiscopal Catholica Apostólica Romana de Porto

Alegre”, sendo um terreno de 90 metros de comprimento por 150 metros de largura (essas terras haviam sido compradas de Rita de Andrade Fialho, em 26 de setembro de 1882).

O referido contrato descreve as demarcações e as terras que faziam divisa. A doação feita era para ser utilizada para o bem espiritual da Comunidade Católica São José dos Conventos em troca da proteção de Deus para a família dos doadores, conforme está descrito na ata. À escritura feita das terras foi anexada a parte já pertencente à comunidade que seria a do cemitério, assim ficando um terreno de 155 metros de comprimento e 55 metros de largura. Esse contrato foi assinado em 28 de novembro de 1911, pelo Pe. Pedro Gaspar, representante de Dom Claudio José Gonçalves P. de Leão. As testemunhas foram Álvaro Noronha de Menezes, Deodato Borges de Oliveira, Álvaro da Costa Mello, escrivão Francisco Oscar Karnal e Adão e Catharina Rockenbach. Os impostos de transmissão de propriedades foram pagos pela Mitra Arquiepiscopal de São Pedro do Rio Grande do Sul.



Fonte: <<https://www.facebook.com/1578428749100454/photos/a.1578436925766303.1073741825.1578428749100454/1578437232432939/?type=3&theater>>

Na imagem pode ser observada a antiga igreja da CCSJC e escola, construídas no decorrer da segunda década do século XX. Nesse local, atualmente, está situado o cemitério católico da comunidade.

Na década de 1950, começou um novo movimento para a reforma da igreja. Surgiu a ideia da sua demolição, para a construção de uma nova, mais ampla em melhor localização. Esta nova seria construída na Estrada Geral (hoje rua Pedro Theobaldo Breidenbach, RST 421). Isso causou grandes conflitos entre as famílias, mas a ideia de um novo templo prevaleceu. Em 1956, iniciou a construção em um terreno que havia sido adquirido de Guilherme Pfluck, em 1925, e em 7 de dezembro de 1958, o novo templo foi inaugurado.

Com base em conversas com moradores, podemos notar os conflitos ocorridos na época. Quase todos os entrevistados relataram que os moradores não queriam a mudança da localização do templo. Relataram que essa troca foi imposição do padre, porque o local era de difícil acesso. Entretanto, hoje eles notam os benefícios do novo local, que já não é mais tão novo, pois já se passaram mais de cinquenta anos. A seguir, apresentamos o que disseram alguns deles sobre o assunto:

Eu tinha apenas 8 anos, mas o que eu sei é que a igreja velha estava em más condições, ou reformar ou construir uma nova, daí houve um conflito, uns queriam reformar, outros construir uma nova e houve até sérios problemas. Aqueles que eram contra não ajudaram na construção da nova, e era uma dificuldade muito grande, mas conseguiram com ajuda do vigário que era o padre Érico Schimitz na época. E chegaram lá, construíram um terreno doado por um tal de Pfluck, não me lembro agora [...] e 1958 ela já foi inaugurada (I.J.B., 2015, depoimento oral, p. 1).

A entrevistada M.T.B. foi questionada se sabia alguma coisa sobre o conflito que ocorreu entre as famílias devido à mudança da igreja. Ela respondeu:

Sim! A igreja tinha que ser reformada, daí (...) uns queriam uma igreja nova ali na RST e outros queriam reformar a antiga lá em cima. Daí as famílias não se entenderam, daí deu uma, quase deu briga entre as famílias aqui, depois o padre se envolveu com isso e ele tava ao lado das famílias que queriam a igreja ali na RS e no fim os que queriam construir a igreja venceram então (M.T.B., 2015, depoimento oral, p.2).

O senhor Z.K. (2016, depoimento oral) contou que ocorreu uma votação para decidirem se iria ser reformada ou construída uma capela nova. Relatou, também, que antes de serem apurados os votos, o padre havia falado que independente do resultado a igreja seria construída na RST. Já o depoimento de I.R. (2016, depoimento oral) descreve os benefícios do novo espaço.

A nossa igreja, cemitério, lá onde tá o cemitério, era nossa igreja também e depois houve um processamento dos padres também né, eles queriam onde a estrada passava de hoje, onde tá a igreja, o padre queria que fosse construída lá embaixo, e fizeram votação, e na votação até eles ganharam, o lado de cima, tavam tudo preparado, mas o padre disse antecipado: “Vamo fazer uma votação, mas a igreja vai se construída lá embaixo (atual localização)! E eles não queriam aceitar e também não foi aceito depois, e aí começou intriga (pessoas que estavam ao redor começaram a comentar que foi uma briga feia na época a discussão da comunidade

com os padres.), era difícil né, mas em si hoje acho que é melhor do que como se tivesse lá em cima né, pelo menos hoje tem lugar pra, espaço cemitério e tudo, tem isso aí né, mas assim ficou, mas em si na época foi difícil (Z.K., 2016, depoimento oral, p. 4).

Olha isso foi uma decisão na década de 50 (1950) houve até conflitos. Na época quando foi construído lá em cima, era lá em cima a estrada passava reto aqui em direção ao Alto Conventos né, hoje fizeram a estrada aqui por cima, imagina hoje a nossa comunidade lá no morro, por um lado é um local mais retirado, mais calmo, mais silencioso, mas pela a proximidade, acessibilidade tá bom aqui embaixo. Houve conflitos, mas hoje essa geração que tá aí, poucos, mas a nova geração já superou isso né, já se respeitamos e assim por diante, mas hoje eu penso e a maioria deles é ótimo estar aqui né embaixo sabe, porque aqui tinha mais espaço, imagina o campo de futebol, o ginásio, a escola. Lá em cima não tinha mais nem espaço para o cemitério (I.R., 2016, depoimento oral, p. 3).

A nova igreja foi construída com o auxílio dos moradores, que ajudaram tanto com a verba, como na construção. No ano de 1960, foi comemorado o centenário da comunidade na nova igreja, sendo que a missa de Ação de Graças foi realizada pelo bispo D. Alberto Etges (BLACK, 2004). No decorrer de quase 60 anos, foram feitas várias reformas no templo, e nos últimos anos ocorreu uma grande reforma, que é de orgulho para os moradores, pois a igreja foi toda reformada. Pintaram por dentro e por fora, colocaram painéis, vitrais, construíam uma câmara mortuária ao lado, como pode ser observado na seguinte imagem. Com esses episódios, podemos notar, tanto nos católicos como evangélicos, a necessidade e a importância da religião, que está presente nas casas e no dia a dia das pessoas.



Igreja católica e Câmara Mortuária da CCSJC.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

A educação e a instrução das crianças eram outros fatores muito valorizados pelos imigrantes. Assim que fosse possível, juntava-se um grupo para resolver como ou quem iria ensinar os conhecimentos básicos para os jovens. Quando os colonos aqui chegaram, não receberam ajuda ou auxílio do governo para a educação, então eles se juntavam em mutirões para a construção de suas escolas, contratavam professores ou simplesmente escolhiam o mais instruído da comunidade para lecionar. As crianças deveriam aprender a ler, a escrever, a fazer cálculos e a ter uma formação moral e cristã. Segundo Rambo (1994):

[...] a escola comunitária teuto-brasileira foi uma instituição criada pelas próprias comunidades dos imigrantes com a finalidade de atender seus filhos. O que se entendia como necessidades, na época e nas circunstâncias concretas de então, pode-se resumir no seguinte: aprender a ler, a contar e a calcular; a alfabetização, portanto; aprender as verdades básicas da fé e os princípios mais elementares da moral e dos bons costumes; transformar a criança, em primeiro lugar, num membro útil de sua comunidade; guardar viva a tradição dos antepassados; despertar no filho do colono a consciência de sua condição de cidadão brasileiro responsável e comprometido [...] a escola foi um assunto, em primeiro lugar, das famílias congregadas em comunidades. Consideravam a escola como complementadora da educação dada no lar. Sendo assim, a comunidade avocava a si não só o direito sobre a educação, mas todos os deveres e compromissos inerentes à tarefa de educar. Assumia como obrigação sua, a construção do prédio da escola, sua instalação e sua manutenção. Selecionava o professor de acordo com o que dele se esperava como mestre-escola e como líder comunitário. A comunidade assegurava moradia, terra e

honorários ao professor e a sua família. Quando o professor se mostrava inadequado à função, competia ainda à comunidade afastá-lo e providenciar um substituto (RAMBO, 1994, p. 201-202).

Os primeiros relatos de preocupações com o ensino das crianças da comunidade iniciaram com a chegada do professor Adão Aloísio Rockenbach. Contudo, de acordo com Black (2004), antes da chegada daquele docente teriam lecionado na região o professor Jorge Noschang, casado com Catarina Plein, e o professor Massmann. Quando Rockenbach chegou a Conventos, notou o total abandono que tinham com o ensino. Então, preocupado, começou a lecionar na antiga capela de madeira da localidade. Em 1885, Rockenbach adquiriu a casa de Johann Gaspar Richter e passa a lecionar nesse local.

Até a década de 1880 era negada a educação para meninas, pois a obrigação delas era aprender os serviços domésticos. Diante disso, Rockenbach foi nomeado professor pelo Estado e criou uma turma só para moças, em horário diferenciado dos meninos, e que não interferisse nos serviços domésticos. Mas como a educação não era prioridade, o salário, quando recebido, era muito baixo. As mensalidades pagas pelos pais de alunos também não eram substanciais. Em razão disso, o professor, interessado pela continuação do ensino da região, liderou a ideia de compra de uma área de terra em nome da Comunidade Escolar São José dos Conventos, para que os próximos professores pudessem plantar e tirar o sustento dali. Em 23 de abril de 1925, foi adquirido de Guilherme Pfluck, em nome da escola, uma área de 12 ha. 8.076 m², com uma casa residencial. A área foi comprada com verba doada pelos moradores da CCSJC. Nesse mesmo local, foram construídos a igreja, o salão de festas e a praça de esportes do Esporte Clube Estudantes.

O entrevistado W.R. (2015, depoimento oral), corroborando a evidências de Black (1994), que encontrou durante suas pesquisas a presença de outros professores na região antes da chegada do docente Rockenbach, pois muitos acreditam que ele foi o primeiro educador a lecionar na localidade.

[...] em Conventos aconteceu isto, eu tinha notado os dois, três professores iniciais lá, porque o professor Rockenbach que muitos acham que foi o primeiro professor ele veio só em 1877 por aí, para Conventos, e morou lá onde mora o Schorr por lá e depois em 85 [1885] ele comprou a casa do Richter, da nossa família né. Antes disso, ele deve ter lecionado na igrejinha e depois ele lecionou nessa casa dele, mas que o Richter construiu [...] ele lecionava na sua própria casa né, nessa casa Richter né, por vários anos [...] a educação que eles nunca deixaram de lado. Isso foi uma das primeiras coisas, uma das maiores preocupações né, então um que era o mais estudado era escolhido para ser o professor, mas ele trabalhava também na roça né, e meio dia então ministrava as aulas para os filhos dos agricultores (W.R., 2015, depoimento oral, p. 4).

Em conversa com um dos descendentes de Rockenbach, I.R. (2016, depoimento oral), foi contado um pouco sobre a história do professor. O educador estudou em seminário, quando desistiu de ser um sacerdote optou pela carreira de professor. Como o educador tinha grande influência no local em que trabalhava, o mesmo esteve presente em decisões tomadas sobre a CCSJC.

[...] meu bisavô foi o professor comunitário, o primeiro professor estadual. Nasceu em São José do Hortência. Ele deveria ter uma formação de seminário, porque naquela época, 90% dos professores católicos eles tinham uma formação de seminário que era estudar pra padre e aí eles desistiam disso e se formavam professor. Porque no seminário eles tinham, por exemplo, gramática, português, leitura, é aritmética que era matemática, muitos tinham bastante forte a questão do canto coral sabe, aprendiam a tocar um instrumento normalmente o teclado né, e assim se formava bom professor né, esse professor Adão Aloisio Rockenbach era um professor assim. Normalmente eles aprendiam no seminário a ser líder comunitário né no bom sentido né, porque os habitantes daquela época não tinham uma formação muito nível né, o professor era o referencial, o primeiro referencial era o padre, mas como tinha pouco padre e muitas vezes a paróquia era grande aí o professor era o intermediário. Exemplo acontecia um doença ah, vamo perguntar pro professor. Então além da escola ele fazia a de organizar a igreja né sabe, quando tinha missa, tinha de organizar o coral, enfim todas essas coisas, toda a situação que envolve isso. O professor comunitário em todas as comunidades ele tinha muita influência né, até nas evangélicas, e para isso ele tinha de ser exemplo e correto né sabe, nunca, os evangélicos tinham muito disso acontecia alguma coisa, aprontavam alguma coisa, ficava devendo eles chamavam ele e ele tinha de dar explicação e aqui também era assim. Formação de comunidade como eu já falei anteriormente todas as sociedades as pessoas que vieram morar na comunidade aqui na nossa católica tinham ele era influência na formação da comunidade, cada qual dentro das suas possibilidades e conhecimentos né, uns tinham conhecimento de marcenaria carpintaria, pedreiro, sebe, então todo mundo tinha isso né, formação de família às vezes o professor era referencial, dava um problema na família ele era chamado pra ver se ele tinha uma opinião [...] (I.R., 2016, depoimento oral, p. 4).

O entrevistado I.R. (2016 depoimento oral) também relatou que o professor era uma referência para os membros da comunidade, pois em caso de qualquer dúvida ou problema, recorriam a ele, por acreditarem que ele era a pessoa mais adequada, depois do padre, para guiar as pessoas. Essa evidência também pode ser observada nos livros atas da comunidade, em reuniões realizadas desde 1860 até final do século XX, notamos constantemente a presença de um representante religioso e do professor nas reuniões, que estavam presente em decisões tomadas sobre o núcleo.

A entidade escolar da Comunidade São José dos Conventos só foi fundada oficialmente em 23 de abril de 1925, com um quadro composto de 27 sócios fundadores, sendo seu primeiro presidente Mathias Estevão Rockenbach. No ano de 1925, foi escrito pelos sócios um estatuto, elencado por Black, em que foi destacado que apenas católicos poderiam

ser sócios da comunidade escolar, o professor era eleito por membros da comunidade com o consentimento do padre, o que seria ensinado, entre outros fatores que podem ser observados:

A comunidade escolar São José dos Conventos tem por fim promover uma boa e profícua educação física e intelectual aos filhos dos seus associados.

O direito de sócio poderá obter todo o habitante católico residente nesta picada. E logo que esteja de posse duma propriedade elle é obrigado a tornar-se sócio.

Adeptos de outra região não poderão obter para si o direito de sócio, mas conseguilo para membros católicos da família.

O professor é eleito pela assembléa da comunidade e sancionada pelo Padre Vigário, e só então poderá ser empossado no seu cargo. O professor tem o dever consciencioso de dirigir a escola o melhor possível. Da comunidade tem a esperar, que os paes lhe dêem confiança e o auxiliem o mais possível na tarefa de educação.

A frequência obrigatória da escola será de quatro annos, e a instrução diária de quatro horas.

Dado o grande valor do conhecimento da língua pátria e materna, o professor deverá empregar todos os esforços para ensinar conscienciosamente ambas as línguas.

O Prospecto de instrução comprehenderá as seguintes matérias: Religião (Bíblia e Catecismo), Portuguez, Allemão, Arithmética, História pátria, Geografia, Canto, e si o tempo permitir, Monástica (BLACK, 2004, p. 69-70).

O mantenedor da escola e do professor eram, inicialmente, os pais dos alunos, que, mensalmente, pagavam uma taxa ao professor, para suas despesas, ajudavam com a alimentação e até moradia. Como já citado, em 1925, os moradores compraram um pedaço de terra com uma casinha, para moradia e sustento do educador, através da agricultura. Mas também havia uma caderneta que era enviado todos os meses para as famílias dos alunos para que enviassem o valor que fosse possível ao docente.

[...] cada filho, cada estudante tinha de pagar uma taxinha, eu não sei quanto era, eu sei que o pai tinha um livrinho e todos os mês tinha de mandar dinheiro, aí o professor anotava, mas não sei quanto e depois mais tarde começou a ser pago pelo município, eu acho que já era no meu tempo se não me engano, eu não tinha certeza ou um pouco mais tarde, por isso levou uma turma de pessoas a comprar essa terra pra o professor ter moradia e ter mais uma renda, entende né? Aí o Penz criava porco às vezes muito mais que um colono, plantava a terra tudo com isso ele tinha uma renda a mais, porque os professores eu acho que não ficava quase porque eles não tinham renda [...] (R.S., 2016, depoimento oral, p. 3).

Os moradores foram questionados sobre como era o ensino e a estrutura da escola. A partir desse questionamento, os próprios ex-alunos relataram o que lembravam. Segundo eles, o professor tinha de lecionar, numa mesma sala de aula, para estudantes de todas as idades. Os alunos menores ficavam na frente e os maiores atrás. Relataram, também, que não havia separação por série, a não ser por 1º e 2º, que eram em um turno, e 3º e 4º no turno oposto. Falaram das dificuldades enfrentadas, tanto pelos professores como pelos alunos: o ensino era

precário, havia dificuldades de acessar a escola, falta material didático, tinham de se virar com o que tinham.

[...] naquele terreno do cemitério eu fui na aula ainda, a Marli foi mais, é era uma sala, o professor Penz chegou a atender até 100 alunos naquela uma sala de aula, só que ele dava aula o 3º e 4º ano eram de manhã o 1º 2º ano ele dava aula de tarde um professor, só um professor, e ainda quartas e sábados todo mundo junto, então era trabalhoso, funcionava assim né, e o professor dava matemática, dava português, dava religião, dava canto, geografia, história, tudo direto né sabe, logico se tu for avaliar pela qualidade de ensino, deixa a desejar né, mas todo mundo aprendeu a ler fazer conta né, o básico que nem a tabuada, meu pai era um que sabia a tabuada de traz pra frente , ainda tinha um outro detalhe meu pai quase não aprendeu o português, só alemã, porque vinham professores da Alemanha naquela época a língua portuguesa que ele sabia aprendeu em outro momento com a comunidade ou em livros, jornais em fim, seu Mario, meu pai, os mais antigos só aprenderam alemão na época, eles aprenderam uma letra que não existe mais nem na Alemanha, a letra gótica [...] (I.R., 2016, depoimento oral, p. 4).

Os entrevistados e ex-alunos falaram também de como eram a escola e os materiais utilizados pelos alunos:

Simplesmente uma casinha, uma casinha com nada de coisas, era um quadro negro só, tudo que escrevia depois apagava, nós tínhamos umas pedras, pedra que a gente escrevia em cima, não tinha cadernos, uma coisa assim, tu não levava nada pra casa. Que ele mandava fazer era naquela hora na aula, agora vocês fazem isso aquilo, depois tinha que levar lá e ele corrigiu onde tinha os erros né, depois ele tinha sempre, o meu vizinho aqui em cima o Breno Kunz, nó tínhamos que fazer é frases, pra escrever né, e em casa mudar também fazer frases, mas ele sempre tinha as mesmas assim ele disse “Nós temo um cachorro, nós temos um gato que mia”, naquelas, sempre aquelas aventuras, sempre a mesma coisa, ele não escrevia nada mais, meu Deus do céu! Mas era um quadro Negro (Z.K., 2016, depoimento oral, p. 10).

Foi perguntado ao senhor I.J.B. (2015, depoimento oral) o porquê da construção de uma escola na localidade. Sua resposta reforçou a necessidade de complementar a educação dos pais:

[...] os pais se viram na necessidade de dar uma educação para os filhos. E daí foram atrás para ver alguém, professor porque às vezes nem professor não tinha[tosse] aí pegaram alguém que era um pouco mais entendido, que ensinava os filhos. Depois, mais tarde, vieram professores. Veio o José Bruno Penz, mais aí foi embora nova de novo [tosse] veio o Antônio Vitorio Born que era muito amigo do meu pai. Lecionou dois anos, mas ainda não estudei com ele, só depois quando voltou de novo o José Bruno Penz estudei todos os meus anos daqui na escola com ele. Tinha até 80 ou 90 alunos e era de segunda, terça de manhã uma parte e outra parte de tarde e quinta e sexta também e quarta e sábados todos juntos, era uma turma muito grande, mas quem não obedecia levava safo[...] (I.J.B., 2015, depoimento oral, p. 2).

Segundo os relatores, os professores aplicavam castigos físicos aos alunos. Os pais davam esse direito ao professor caso o aluno não cumprisse com suas obrigações ou o desrespeitasse. As avaliações eram feitas de forma oral. Era escolhido um dia que os pais pudessem comparecer à escola para ser feita a avaliação. Eles pegavam um livro e abriam em qualquer página, a qual deveria ser lida em voz alta pelo educando, que era aprovado se

cometesse poucos erros. M.T.B. (2015, depoimento oral) nos relata isso da seguinte forma: “convidaram os pais dos alunos e eles abriram um livro a página que abriu daí isso nós tinha que ler, daí se lesse certo e muito pouco erros a gente foi aprovado”.

Por falta de condições de continuar os estudos fora da comunidade, muitas pessoas permaneciam na última série que a escola oferecia por muitos anos, conforme relatado pela senhora M.T.B. (2015, depoimento oral)

[...] na escola antiga que ficava lá perto do cemitério lá estudei até a terceira série, depois como queriam construir uma escola nova daí um ano eu estudei na igreja nova que já tinha sido construída e depois a quinta [série] eu fiz na escola nova, fiz três vezes a quinta série, porque na nossa época os pais queriam que nós continuassem a estudar, mas não tinha mais como ir adiante, daí fiz três vezes de manhã e dois anos de novo de noite a quinta série [...] (M.T.B., 2015, depoimento oral, p. 4).

Foi reiterada pelos entrevistados a proibição do falar o alemão em sala de aula e fora dela, durante a Segunda Guerra Mundial e aproximadamente nas décadas de 1960 e 1970. Muitos não sabiam falar o português e, sofreram muito porque, repentinamente, iniciaram uma perseguição a quem falasse alemão. O senhor I.R. (2016, depoimento oral) contou como isso ocorreu na região durante a Segunda Guerra e a entrevistada M.T.B. (2015, depoimento oral) mencionou esse episódio nos anos de 1960 – 1970:

Isso aconteceu durante a ditadura de Getúlio Vargas né, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, todo o alemão era considerado inimigo do povo brasileiro. Então, em consequência disso, quiseram extinguir a língua alemã, inclusive teve regiões que extinguiram os sobrenomes alemães. A proibição do alemão lá na terra da minha mãe era mais radical, porque o delegado era mais radical. Então, de fato, até nos domingos de manhã eles tinham de cuidar porque a missa era em alemão. Na aula, então a história bíblica era dada em alemão porque não conhecia muito e só tinha os livros em alemão. Ele chegou a sequestrar literaturas em alemão. Então, de fato, era assim que nem eu falei antes, todo o alemão era considerado nazista, coitado os caras não tinham nem noção não tinham rádio, não tinham nada, apesar de que em Porto Alegre teve partidos nazista então era mais perseguido, mas aqui não foi tanto, inclusive quando eu tava na aula que o professor Penz usava assim vamos aprender a falar brasileiro e tinha dias da semana que não podia falar o alemão pra forçar nós a aprender a falar o português [...] (I.R., 2016, depoimento oral, p. 5-6).

[...] primeiro nós só falávamos alemão e depois vieram leis, sei lá quem fez isso que nós não poderíamos mais falar o alemão no colégio, daí era totalmente proibido. Eu me lembro, acho que tinha duas épocas dos nossos pais, não sei se era um conflito ou uma guerra, não sei, que eles também, e eles não sabiam quase nada em português e não poderiam mais falar alemão, e depois na nossa época de novo, a idade acho que 13 [anos], não sei, daí entro de novo isso, nós não podíamos mais falar alemão [...] (M.T.B., 2015, depoimento oral, p. 4).

Em 1964, a comunidade decidiu construir um novo prédio para a escola devido à precariedade e o difícil acesso ao local onde estava localizada na época. De acordo com

relatos de ex-alunos da escola, em 1964 iniciou a construção da escola atual. Enquanto a nova era construída e a velha demolida, os educandos eram atendidos na Igreja São José dos Conventos. A inauguração do novo prédio da escola ocorreu em 1965. A construção foi edificada pelos sócios, com ajuda do governo do Estado, de verbas de deputados e lucros de festas, segundo dados que a Secretária de Educação (2010) obteve:

Na ata da Assembleia Geral extraordinária, realizada em 09 de abril de 1962, na Igreja São José dos Conventos, consta a intenção de construir uma grande escola, com pelo menos três salas de aula. Registra também que o professor local, no caso José Bruno Penz, deveria lecionar em uma dessas salas. Somente na Ata do dia 06 de janeiro de 1964 há novamente registrado o objetivo de edificar novo prédio para a escola (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2010, p. 113).



Escola da comunidade EMEF São José.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Durante o período de nacionalização, a escola foi denominada Escola Maurício Cardoso. A partir de 1993, foi conveniada com a prefeitura de Lajeado, novamente tendo trocado seu nome para Escola Municipal de Ensino Fundamental Localizada em Conventos. No decorrer de sua história, a escola teve diversas nomeações, e hoje ela é denominada como Escola Municipal de Ensino Fundamental São José Conventos.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São José de Conventos foi criada em 17 de julho de 1993 pelo Decreto Municipal 4.020, com o nome de Escola Municipal de 1º Grau Incompleto “Localizada em Conventos”. Seu Parecer de autorização de funcionamento, nº 148, foi emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED). Pelo Decreto nº 5.018, de 14 de agosto de 1994, foi alterada

a sua designação, passando de Escola de 1º Grau para escola de ensino Fundamental. No dia 23 de fevereiro de 2007, a Prefeitura Municipal sancionou a Lei nº 7.741 de Alteração de denominação para Escola Municipal de Ensino Fundamental São José de Conventos (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2010, p. 109).

Cabe mencionar que os ex-alunos relatam como era difícil a vida na época. Fizesse sol ou chuva, os estudantes tinham de ir para a escola em um turno e, no outro, precisavam cuidar dos serviços do lar e da roça. Além disso, tinham que cumprir com as obrigações religiosas. Mas com tudo isso, ainda sobrava tempo para a diversão.

No decorrer da sondagem de dados, notamos a preocupação que sempre se teve com o desenvolvimento do núcleo, tanto comercial como cultural. O comércio na região passou a se desenvolver a partir da construção de pequenas fábricas de metais, couro, lojas, mercearias, entre outros. Segundo Pimpão (1972):

[...] em meio às novas povoações que surgiram dentre o verde das matas virgens. Um levaria máquinas, outras ferramentas e logo foram surgindo fabriquetas, oficinas, cooperativas e associações, pois onde quatro ou cinco alemães se reúnem nasce um clube ou comunidade de interesse (PIMPÃO, 1972, p. 5-6).

Foi destacado um grande número de pequenos comércios na região, como curtumes, fábrica de bebidas e de bolachas, pequenos armazéns, matadouro, oficinas, entre outros locais, dos quais as pessoas tiravam seu sustento. Os produtos que eram produzidos no núcleo de Conventos como: o vinho e banha que eram exportados, vinagre, óleos, tecidos, o couro que utilizado nos curtumes, foram lembrados por quase todos os entrevistados, entre outros.

Eles produziam e exportavam vinho, isso já acontecia, conhaque também eles produzia, vinagre, óleo de linhaça, eles faziam em Conventos, já tinha tecelagem, faziam tecido com linhaça também, acho que com as fibras de linhaça, eles tinham essas máquinas para alisar Weber para fazer tecelagem, para fazer o tecido [...] Existia essas máquinas, o linho, o tecido também já aqui, uma sapataria não podia faltar, porque não tinha sapato importado. Cada núcleo tinha, o que eles conseguiram mais tarde vender na colônia assim dos produtos produzidos como da vaca e do porco. Da vaca podia vender a manteiga que era levada a Porto Alegre através do Taquari; e do porco apenas a banha que era colocada em caixas grandes de madeira também transportadas para lá e o couro. O couro tinha um preço alto, né, hoje parece estranho se a gente fala isso, né, o couro do porco, porque cada localidade de Conventos tinha vários curtumes que cutia o couro e fabricava o calçado, tinha o sapateiro e o seleiro que fazia as selas, né, então por isso o couro era caro, as meninas também iam lá medir o pezinho delas pra fazer o sapatinho, era assim naquela época, pois não tinha ir numa loja e comprar um calçado então isso foram indústrias fundamentais, curtume, sapataria, selaria pra montagem dos cavalos, né tinha que ter a sela, os arreios, tudo isso né, então isso aconteceu e a carpintaria fazia as carroças [...] (W.R., 2015, depoimento oral, p. 3).

D.M. (2016, depoimento oral) ressaltou outros comércios, como uma propriedade antiga, que agora está em fase de demolição, ela serviu como ponto para vários tipos de comerciantes:

[...] o salão demolido quem vai pra Forquetinha? Lá era a Vila Stork era um comércio que vendia de tudo, compra porco, antes disso tinha um serralheria, tinha um moinho de farinha de milho, descascador de arroz, tinha um fabriqueta de queijo lá, tinha uma marcenaria, tinha uma ferraria, tinha um negro que fazia arrelho e laço de couro né, isso era uma vida que a engrenagem funcionava 100% e hoje em dia não tem mais nada lá tudo tá caindo lá, oque que era aquilo antigamente e o que é hoje [...] eles dominaram aqui toda a região no comércio de porco e ração, era um comércio muito forte, tinha muitos caminhões, levava porco pra São Paulo a uns 40 anos atrás, i o comércio lá pra frente aqui em Conventos não tinha muita coisa, tinha uns botecos tudo pequeno, hoje tem bastante coisa (D.M., 2016, depoimento oral, p. 5).

Durante a conversa sobre o desenvolvimento comercial, questionamos sobre como foi a chegada do asfalto para o bairro, e se isso influenciou no desenvolvimento. Os entrevistados respondem que sim, que o asfalto trouxe melhorias de todas as formas, mas que também causou alguns problemas. O entrevistado I.J.B. (2015, depoimento oral) relatou que, quando pedras foram dinamitadas em frente à igreja, voaram destroços que atingiram os vitrais e o telhado da capela. Já o senhor I.R. (2016, depoimento oral) comentou que isso foi maravilhoso, que as pessoas tinham mais ânimo para arrumarem as casas, cuidarem dos jardins, que tudo passou a ser mais colorido e bonito, pois até então era tudo marrom de pó da estrada de chão batido.

A CCSJC, como qualquer outra comunidade, tem diversas formas de divertimentos, algumas dessas trazidas pelos primeiros imigrantes que aqui chegaram. As principais formas de descontração da localidade eram os bailes e festas, mas também houve a formação de sociedades, como, por exemplo, a Sociedade do Bolão, os corais, os grupos de tiros, o futebol, entre outros.

Iniciamos falando dos bailes. Os entrevistados falaram sobre os bailes com maior euforia e felicidade, pois eram momentos que todos se reuniam para dançar, conversar e se divertir. O entrevistado W.R. (2015, depoimento oral), citou os bailes de *Kerb*, que eram divididos em três partes: primeiro pela preparação da alimentação para a festa, depois pela preparação para a missa e a terceira parte a festa em família e a noite o baile.

Quando os imigrantes chegaram ao sul do Brasil, no começo do século XIX, decidiram que fariam algo para se manter unidos e preservarem os seus costumes para a próxima geração. Além de manterem o idioma, a alimentação, a fé, de confissão católica ou Luterana e o zelo pela educação, mantiveram o *Kerb* (BRAUN, 2010, p. 85).

Nos bailes como o de *Kerb*, havia o momento do *Damentur*, era a hora em que as moças poderiam escolher os pares para dançar, já que no restante da noite eram os rapazes que decidiam. O baile de *Kerb* ainda é praticado na maioria das comunidades, mas as características originais não se mantêm. Também ocorria o baile *Damenball*, nos quais eram as moças que escolhiam o parceiro que queriam, porém eram elas que deveriam pagar as entradas e as bebidas que fossem consumidas. Não se sabe ao certo quando ocorriam esses bailes.

Acredita-se que o primeiro salão de festas a surgir em Conventos foi na casa de João Gaspar Richter. Após, outros foram construídos, como o de Heinrich Bornem, que era próximo ao que é hoje o abatedouro Quinot. Esse salão foi destruído por um sinistro, mas foi reconstruído por Wilhelm Pfluck, sendo passado posteriormente para Urbano Beuren e novamente destruído por um incêndio. Em 1909, foi inaugurado o Salão Bergesch, pertencente Henrique Becker. Em 1922, a família alienou o salão para o casal Alfredo e Antonieta Bergesch. Esse imóvel fica em frente ao Supermercado Conventos, onde atualmente é uma Igreja Quadrangular. Era tradicional os bailes iniciarem com a *Polonaise*, uma dança típica da Polônia, que era tocada nos bailes da corte europeia. Hoje, contudo, não se segue a ordem.

A CCSJC e as comunidades evangélicas realizavam seus bailes na “Sociedade 25 de Julho”. Esse salão é de uso coletivo do bairro Conventos. Com o passar dos anos, um grupo de moradores da CCSJC tiveram a ideia de construção de um salão próprio. Na década de 1990, o entrevistado R.S. (2016, depoimento oral) disse que foi ele mesmo quem fez o desenho de como seria o salão:

[...] eu sei que fomos comentando e no fim surgiu a ideia de fazer. Até, na época, acho que 90 (1990) ou 92, eu sei que em 92 tava em construção, mas antes disso tava eu fui no quadro e fiz um desenho assim aproximado do que poderia sair. Praticamente foi feito assim como eu desenhei, pois ninguém queria, eu disse alguém tem de se atinar. Desenhei no quadro, mas eu aumentei mais que seria a copa pra um lado, tinha um lugar pra câmara mortuária, mas no fim agora foi construída lá em cima, isso ficou tudo de fora, não vai mais ser feito (R.S., 2016, depoimento oral, p. 4).

Questionamos o senhor I.J.B. (2015, depoimento oral) sobre como foi a construção do salão e quem disponibilizou a verba. Ele respondeu que os integrantes da diretoria saíram pela cidade à procura de empresas contribuintes, e que cada sócio recebeu um envelope para fazer sua doação. A prefeitura contribuiu com uma ajuda de custo e o restante vinha das festas feitas para adquirir o que faltava.

Eu me lembro bem perfeitamente, foi em julho de 1990, foi colocado, me uma festa foi colocada a pedra angular, pro início desta construção e daí [tosse] uns dois, três mês antes, a diretoria se reuniu pra tentar arrecadar recursos para fazer o início. Visitamos todas as firmas da cidade de Lajeado e Conventos. Também, entregamos [tosse] envelopes para cada um dar a sua doação e uma semana antes foi recolhido e no dia era aberto tudo o que foi arrecadado. Daí foi tudo investido na construção, no início da construção do ginásio. O que não era nada fácil, porque era tudo em mutirão, só um ou dois pedreiros eram pagos, e tudo era caro que não veio nenhuma doação da prefeitura ou do governo, mais tarde vieram pequenas contribuições, pequenas verbas. Na época que foi colocado o telhado, na época eu era tesoureiro daí nós recebemos uma doação de 15 mil pra em ajuda de custo, daí veio da prefeitura (I.J.B., 2015, depoimento oral, p. 4).

O salão levou mais de dez anos para ficar completamente pronto, pois sofriam com falta de verba. As terras para construção do salão foram doadas pela comunidade escolar, segundo relatos do tesoureiro na época. Até construírem o telhado do salão, os bailes eram feitos nas proximidades da escola, a céu aberto, como podemos observar no relato de I.J.B. (2015, depoimento oral): “a primeira festa no salão[...] saiu logo então que foi colocado a cobertura e foi em dezembro de 1998. A primeira festa daí no salão, mas mesmo assim quase que totalmente aberto por fora, mas tinha cobertura já, foi um grande avanço para nós, com muito orgulho nós fizemos aquela festa”. Nessa época, o salão não tinha piso ainda, então questionamos o entrevistado sobre como havia sido o baile. Ele afirmou que, para poderem dançar, fizeram uma pequena pista de piso e o restante de cascalho: “para dançar arrumamos um pouquinho do lado porque o resto era cascalho do lado, daí fizemos concreto e alisamos pra poder dançar um pouco [...]”. A senhora M.T.B. (2015, depoimento oral) conta a dificuldade que foi esse primeiro baile. Segundo ela “as meninas tavam de salto alto e caminhando nos cascalhos e servindo as mesas”, O salão ficou completamente pronto no decorrer da primeira década do século XXI.

O entrevistado W.R. (2015, depoimento oral) nos descreveu outras formas de divertimentos, como os corais, o grupo de bolão, o grupo de tiro, os encontros para o carteadado, salientado como estando bem presente atualmente na comunidade, pelo membro comunitário I.J.B. (2015 depoimento oral), que complementou: “em visita de família que nem nós vamos visitar um amigo e jogamos uma cartinha e só se fala em alemão, tomando cervejinha e comendo uma pizza”.

[...] tinha uma sociedade de bolão, *Gewinnspiel*, eles eram sócios onde treinavam uma vez por semana, onde eles jogavam uma vez por mês que era sábado, o jogo que valia é por prêmios e o final do ano era escolha do rei e da rainha königmaister, rei e rainha do bolão, que eram o melhor até o fim do ano. Então eles faziam uma festa, tinha que começar antes da noite porque não tinha iluminação né, antes da noite faziam uma caminhada festiva do local do bolão até seu salão porque não tinha salão comunitário né, até o dono do salão geralmente ele tava perto, fazia a caminhada com os músicos, os sócios acompanhando e tudo e começavam o baile

né. Isso era sagrado em praticamente toda colônia [alemã]. Em Conventos tinha isso também, inclusive a sociedade Vinte e Cinco de Julho é tem originalmente seu, organização do bolão né. Em seguida, formavam também, a sociedade de cantores, isso não faltava! O coral! Porque eles cantavam muito em casa, cantavam em família, muito, muito né, e de noite o que fazia de noite depois da janta, cantavam. E também tinha a sociedade de corais tanto, coro misto, homens e mulheres, e coro masculino né, *Männerchor*, e esses corais, então, faziam uma festa e um baile por ano, geralmente, e daí tinha toda uma tradição, só ia quem era convidado, cada um podia convidar tantos é, eles tinham cartão de convite né, e esse baile era com uma janta tradicional com apresentação de cantos como hoje, é levado muito a sério naquele tempo né, e o pessoal então é ia trajado a rigor né, e também tinha as ordens do salão, tinha essa festa, a festa, a escolha do, do, aí era dos 9 cantores, eles se apresentavam convidavam corais vizinhos e faziam então aquele baile ou aquela festa [...]. Conventos também tinha[...] o clube dos lanceiros né. Clube dos Lanceiros era cavalo com lança né, e eles tinham um clube bastante forte, e esse clube dos lanceiros eles faziam a festa também anual para escolher o rei dos lanceiros, preparavam um traje pra ele todo, bastante em coro ainda, e é os lanceiros era e também se fazia uma grande festa pra isso, mas ele tinha dupla finalidade esse dos lanceiros né, ele era pra eles se divertir, diverção, mas ao mesmo tempo também para alto-defesa, porque aconteceram muitos ataques né, aí veio as revoluções, veio os Maragatos e tudo então, eles também eram para alto-defesa, eles treinavam eles é davam com a lança e surgiu ao mesmo tempo clube *Scheibenschießen* o Tiro ao alvo [...] (W.R., 2015, depoimento oral, p. 8).

Algumas dessas formas de distração alientadas pelo W.R. (2015) ainda estão presentes na comunidade, o salão “25 de Julho” mantem a sociedade de bolão e também tem presente na região um grupo de coral, os mesmos não mantem suas características originais desde a formação. Outra forma de divertimento para os membros do sexo masculino da comunidade era o futebol:

A compulsão humana de sair chutando objetos com os pés é antiga, como mostram desenhos de milhares de anos em antigas cavernas. Chineses e japoneses continuaram a tradição, seguidos por gregos, fenícios, romanos, bretões, normandos, índios astecas e maias [...] no Brasil, no século XVIII, os índios em datas festivas já jogavam com uma bola de borracha maciça (DIENSTMANN apud BLACK, 2004, p. 123).

Conforme Black (2004), o futebol foi introduzido no Brasil em 1900, com a fundação do Sport Clube Rio Grande. No ano de 1903, foi fundado o Grêmio Football e, em 1909, o Sport Club Internacional, sendo esses em Porto Alegre. Em Lajeado, no ano de 1911, foi fundado o Clube Esportivo Lajeadense.

Com o aumento da população de Conventos, iniciou a prática futebolista. Até 1969, os jovens da comunidade jogavam em clubes vizinhos, mas como nem sempre havia espaço para todos jogarem, surgiu a ideia de criarem um clube da comunidade. Assim, foi fundado o Esporte Clube Estudantes. O primeiro presidente do clube foi Osvaldo Scheeren e o campo de jogos permaneceu por muitos anos no potreiro de Alfredo Hammes. Em 1976, Hammes pede a devolução das suas terras para o plantio. Devido a isso, a comunidade resolveu doar

terras para a construção do novo campo. O acordo da doação de terras da comunidade para a construção do clube e campo do Estudantes está descrito no Livro Ata da comunidade (1976 – 1994).

A reunião para discussão da doação das terras para o clube ocorreu no dia 25 de setembro de 1976, com a presença do Padre Érico Schmitz e mais 46 sócios. Nesse dia, Alfredo Hammes comunicou à comunidade que reivindicava suas terras para o plantio, estipulando um prazo para o clube desocupar sua propriedade. Em conversas, os sócios decidem fazer a doação de terras da comunidade católica, sendo estipulado as seguintes cláusulas:

- a) A madeira que se encontra na referente propriedade reverterá para a Comunidade São José.
- b) As despesas para a construção do gramado de esportes correrão por conta do clube.
- c) No caso do Esporte Clube Estudantes, deixar um dia de existir (quebrar), o campo de esportes automaticamente passará de novo para a Comunidade Católica São José dos Conventos.
- d) Doar-se-á uma área de terras, suficientemente grande para a construção de uma praça de esportes (futebol de campo) (Livro Ata da Comunidade, 1976, p. 1-2).

Segue o depoimento de I.J.B. (2015, depoimento oral) sobre a continuação da prática de futebol: “todas as quartas de noite, eu com a minha idade ainda jogo futebol de salão com os meus amigos. Tenho amigo junto parceiro com 20 e poucos anos [risos] tenho quase três vezes a idade deles e jogo junto ainda”. Durante esses jogos de quartas à noite, enquanto alguns homens jogam futebol, outros e as mulheres jogam canastra. Isso é como se fosse um ritual para alguns moradores da comunidade.

E assim notamos que foi contemplado todo o ciclo de formação da comunidade, desde a chegada dos primeiros moradores até a atualidade. A Comunidade São José dos Conventos conta com aproximadamente 550 sócios. Durante a descrição da história dessa localidade, foi seguido o cronograma utilizado para as questões feitas aos entrevistados. O último tema abordado foi o medo da descontinuidade do culto às tradições passadas de geração em geração, o que foi observado na fala de todos. Não importa a idade, todos têm certeza que sua cultura, língua, religião, entre outros, irão se perder, pois já não se vê os jovens seguindo os passos dos pais. Esse medo pode ser observado em pequenos trechos dos entrevistados:

[...] me dói no coração [...] eles não conhecem mais, não querem mais falar o í alemão, ai vão aprender o inglês, não que não possam, mas puxa vida, mas tu tem a cultura materna, paterna, porque não a cultiva isso adiante [...] isso me dói quando tu vê que, nas quartas-feiras de noite, todo mundo de origem alemã e tu não vê uma palavra em alemão sabe, se vai se perder, questão de religião também, quem vai na igreja são a nossa geração, alguns ainda, casamentos religiosos um que outro, meus filhos também não pensam nisso, não que isso seja fundamental, mas isso dá uma motivação de fé, porque foi a fé praticamente que fez os imigrantes chegarem, permanecerem e crescerem né (I.R., 2016, depoimento oral, p. 9).

Tenho certeza que isso vai acontecer. A mesma coisa a língua alemã, é uma pena que se perda, mas não tem, a italiana a mesma coisa. Dizem que a italiana tá pior que o alemão, mais perdido já, não sei, então o nosso neto mais velho não falava o alemão. Aí nós começamos a esquecer o português e falamos o alemão com ele, entendeu, e com isso ele já fala quase tudo tá com 20 anos e fala quase tudo [...]. A maior parte já se perdeu e o resto se perde (R.S., 2016, depoimento oral, p. 6).

[...] muitos pais não ensino mais os filhos o alemão, têm famílias alemãs e os filhos não falam o alemão. Essa é uma pena ter uma língua que se perde [...]mas eu creio que no nosso tempo ainda não, mas futuramente não se sabe, porque é cada vez mais difícil achar voluntários pra ajudar a trabalhar [Expressão triste] (I.J.B., 2015, depoimento oral, p. 9).

Nós não vamos sobreviver pra ver isso, mas pelo futuro que a gente tem pela frente a situação está, não há mais a formação de padre, nós se temos uns velhos ali que o pessoal só reclama né, é lamentável, é e também há coisas que a gente não pode falar, porque não tem como fazer mais nada, nós não vamos sobreviver isso aqui, porque pelo que está vindo pela frente, faze o quê. Nós estamos rezando toda noite e dia, mas os outros quando eles podem desviar, ninguém mais vai lá, ninguém mais olha, na igreja vão assim aos poucos, bah, uns dizem assim “que toda vez que vou na igreja tem um pinheirinho!”, vão uma vez por ano então! [Risos] Isso é pra gozar ou não é, o padre diz “Faz tempo que não te vejo na igreja, né” eu também não, eles estão de olho nisso. Um dia o padre fez a catequese e depois perguntou onde andavam esses jovens. A gente fala de uma coisa, mas não tem noção do que vai acontecer isso ai (Z.K., 2016, depoimento oral, p. 12).

[...] quando uma pessoa de idade morre eu sempre digo que uma parte da comunidade vai junto né. Hoje em dia praticamente eu sou um dos caras mais, não digo dos mais velhos, mais os que mais conhecem a história de conventos né. Quem mais conhece a história de conventos é o Sênio Kunzeler, esse cara é o que sabe tudo, ele deve saber bastante, ele sempre tava junto no comércio, o Franz Plum ele tá bastante debilitado, o que mais conhece deve ser o Kunzeler (D.M., 2016, depoimento oral, p. 8).

Já vejo pelos nossos filhos, que nem nós, os nossos pais trabalharam direto na comunidade, tinha festa outra coisa eles sempre participavam, nós como, nós víamos nossos pais envolvidos, nós continuamos que nem eles. E hoje é diferente, os filhos não se interessam mais, eles não se interessam mais, eles têm hoje em dia outras oportunidades, que nem nós não tínhamos nada, era só saírem domingos com os amigos, fizemos nossas brincadeiras e daí nós ajudamos mais na comunidade e hoje em dia eles têm os eletrônicos, tudo interessa mais pra eles que a própria comunidade (M.T.B., 2015, depoimento oral p. 8).

Com esses relatos, podemos perceber o medo, a tristeza e a decepção em ver suas origens se perdendo. O que muitos lutaram anos para criar e manter não está mais sendo valorizado pelas novas gerações. Ao mesmo tempo, podemos notar que, mesmo revoltados com a situação, as pessoas parecem se conformar com essa situação, pois muitos pensam que

a culpa da perda de pertencimento dos jovens está relacionada à época em que vivemos e às transformações que ocorreram no mundo nas últimas décadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo investigar como ocorreu o processo de construção da Comunidade Católica São José dos Conventos, desde a chegada dos imigrantes e de seus descendentes na década de 1850. Esse propósito foi alcançado, entretanto, não podemos afirmar que ele foi esgotado neste trabalho, pois a versão que apresentamos é apenas uma entre as interpretações que poderiam surgir caso os entrevistados fossem outros.

Apresentamos apenas uma fração da história regional, que é tão rica em detalhes. Focamos em uma pequena região, começando com a história de um povo distante e sua caminhada até chegar a essa região. Conhecemos a sua história desde seus primórdios até a atualidade, apresentando os principais momentos, os costumes, a religião, a educação, o divertimento, os medos, bem como a forma que se desenvolveu. Para que pudéssemos abordar todos esses elementos, foi necessário um estudo de longa duração, com base em documentos e relatos dos descendentes dos primeiros indivíduos que ali chegaram. Além disso, foram utilizados referenciais bibliográficos.

Notamos, no decorrer da investigação, o sentimento de pertencimento a esse local e a dedicação das pessoas para construir e manter essa comunidade. Observamos, nas expressões faciais no decorrer das conversas, que alguns entrevistados estavam meio constrangidos com nosso interesse de conhecer um pouco da história de suas famílias. Contudo, após contar o que iam lembrando, notamos momentos de alegria, de felicidade e de tristeza, pois lembravam de seus familiares já falecidos e de histórias que esses lhes contavam.

Nos capítulos anteriores, observamos a valorização da cultura germânica pelos descendentes dos imigrantes, na Comunidade Católica São José dos Conventos, mas muitos dos “mais antigos” temem a descontinuidade dessa cultura devido à falta de interesse dos

jovens. Muitos vêem isso como perda de identidade, ou simplesmente que os mais novos estão se adaptando a um novo mundo e que já não se tem mais os mesmos interesses.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Terezinha. **Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari**; RS – 1822 a 1930. Estudo & Debate, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ARENDDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). **História, cultura e memória**: 180 anos de imigração alemã. São Leopoldo: Oikos, 2005.

BLACK, Olavo. **Colinas da esperança**: Conventos - 150 anos de história. 1. ed. Lajeado/Porto Alegre: Evangraf, 2004.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Tradução de Maria Manuel. 1. ed. Portugal: Publicações Europa-América, S.D.

BRAUN, Felipe Kunh. **Memórias do povo alemã no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Nova Petrópolis: Amstad, 2010a.

_____. **História da imigração alemã no sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Castoli soluções Gráficas, 2010b.

DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**. Caxias do Sul: Sinodal/EST/EDUCS, 1984.

FELIX, Loiva Otéro. **História & memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba, PR: Positivo, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 47- 66.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 2007. p. 30-32.

HUNSCHE, Carlos H. **O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. 2. ed. Porto Alegre: A Nação, 1975.

LANDO, Aldair M; Barros, Eliane C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 9-46.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

NEVES, Lucilia de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. V. 3. 2000. p. 109-116.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PIMPÃO, Altair Carlos. **Vieram em busca de liberdade: os 150 anos de imigração alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1974.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. Brasiliense. São Paulo, 1970.

RAMBO, Arthur Blasio. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

RICHTER, Waldemar; COLLISCHONN, Wolfgang; Unsere Herkunft. **Nossas origens**. Lajeado: Cometa, 1994.

_____. **Família Richter: dois séculos de história**. Lajeado: Grafozem Impressos Gráficos Ltda, 1998.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: povoamento, colonização e história política**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Memórias das escolas municipais de Lajeado/RS**. 1. Ed. Lajeado: Univates, 2010.

SILVA, Riograndino da Costa. **São José de Taquari: a história de minha terra**. Porto Alegre: Flama, 1972.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TUBINO, Nina. **A germanidade no Brasil**. Porto Alegre: Sociedade Germânia, 2007.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas: imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Meios eletrônicos

Herédia V. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, Nº 94 (10), 1 de agosto de 2001. Disponível em: URL: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acessado em: 29 abril. 2016.

IBGE- Prefeitura Municipal regiões do vale. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=431140&search=rio-grande-do-sul|lajeado|infograficos:-historico>>. Acessado em: 26 de mai. 2016.

Machado A. **Rio Grande do Sul – vales**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/regiao/7/vales>>. Acessado em: 03 maio. 2016.

Recuperando a História - Comunidade <https://www.facebook.com/Recuperando-a-Hist%C3%B3ria-1578428749100454/>. Acessado em: 07 jun. 2016.

Fontes documentais

Livro ata e contábil da comunidade Católica São José dos Conventos (de 1869 a 1914).

Livro ata e contábil da comunidade Católica São José dos Conventos (de 1976 a 1994)

Livro de DISTRATE, nº 49, f. 5 a 8v, do 2º Notariado de Porto Alegre, Arquivo Público.

Fontes orais

D.M. Depoimento oral. Lajeado, abril de 2016.

I.J.B. Depoimento oral. Lajeado, junho de 2015.

I.R. Depoimento oral. Lajeado, abril de 2016.

M.T.B. Depoimento oral. Lajeado, junho de 2015.

R.S. Depoimento oral. Lajeado, abril de 2016.

W.R. Depoimento oral. Forquetinha, junho de 2015.

Z. K. Depoimento oral. Lajeado, março de 2016.